



CADERNOS DE DEREITO ACTUAL

[www.cadernosdedereitoactual.es](http://www.cadernosdedereitoactual.es)

© **Cadernos de Direito Actual** Nº 25. Núm. Extraordinario (2024), pp. 452-481  
·ISSN 2340-860X - ·ISSNe 2386-5229

## **Por uma Escola Potiguar de Direito Internacional: contribuições da linha de pesquisa 3 do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte**

*Towards a Potiguar School of International Law: contributions from research line 3 of the Graduate Program in Law at the Federal University of Rio Grande do Norte*

**Pedro Augusto Vale**<sup>1</sup>

**Thiago Oliveira Moreira**<sup>2</sup>

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

**Sumário:** 1. Considerações iniciais. 2. O processo de formação da Escola Potiguar de Direito Internacional. 3. Breve perfil dos docentes vinculados à linha de pesquisa 3 do PPGD/UFRN no quadriênio 2021-2024. 4. Contribuições dos egressos da linha 3 do PPGD/UFRN para o desenvolvimento da Escola Potiguar de Direito Internacional. 5. Considerações finais. Referências.

**Resumo:** O estudo explora as inter-relações entre direito internacional, Constituição e concretização de direitos, focando na contribuição da linha de pesquisa 3 do PPGD/UFRN para o avanço do direito internacional. Assim, questionou-se: as pesquisas desenvolvidas no âmbito da linha de pesquisa 3 do PPGD/UFRN têm contribuído para a formação de uma Escola Potiguar de Direito Internacional? A pesquisa investiga a atuação de docentes e, notadamente, egressos, analisando suas qualificações, trajetórias profissionais e produção acadêmica, com o objetivo de avaliar a possibilidade de reconhecimento de uma escola regional. Utilizando uma metodologia mista, o estudo traça um

---

<sup>1</sup> Mestrando em Direito na UFRN. Bacharel em Direito pela UFRN, com período de mobilidade acadêmica na Universidade de Coimbra. Membro do Grupo de Pesquisa Direito Internacional dos Direitos Humanos e as Pessoas em Situação de Vulnerabilidade. Integrante do Observatório de Direito Internacional do Rio Grande do Norte (OBDI). Pesquisador voluntário no Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7422-2285>. E-mail: [pedro.vale.058@ufrn.edu.br](mailto:pedro.vale.058@ufrn.edu.br).

<sup>2</sup> Professor na UFRN. Doutor e Mestre em Direito pela Universidade do País Basco (UPV/EHU). Mestre em Direito pela UFRN. Doutorando em Direito na FDUC. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito na UFRN. Líder do Grupo de Pesquisa Direito Internacional dos Direitos Humanos e as Pessoas em Situação de Vulnerabilidade. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6010-976X>. E-mail: [thiago.moreira@ufrn.br](mailto:thiago.moreira@ufrn.br).

Recibido: 29/07/2024

Aceptado: 10/10/2024

DOI: 10.5281/zenodo.13926127

histórico da Escola Potiguar e examina dissertações de mestrado, destacando temas recorrentes e lacunas na pesquisa. Justifica-se pela necessidade de entender o impacto acadêmico da linha, visando fortalecer políticas públicas e a proteção de direitos. Os resultados mostram uma produção diversificada com ênfase em direitos humanos, controle de convencionalidade, e questões contemporâneas como mudanças climáticas e migrações internacionais. Constatou-se, no entanto, uma limitada continuidade na qualificação acadêmica dos egressos, indicando a necessidade de maior incentivo à progressão acadêmica, como a criação de um curso de Doutorado, para consolidar a Escola Potiguar de Direito Internacional.

**Palavras-chave:** direito internacional; constituição; concretização; mestrado.

**Abstract:** The study explores the interrelations between international law, the Constitution, and the realization of rights, focusing on the contribution of Research Line 3 of the PPGD/UFRN to the advancement of international law. The research posed the following question: have the studies developed within research line 3 of the PPGD/UFRN contributed to the formation of a Potiguar School of International Law? The study investigates the work of faculty members and, notably, alumni, analyzing their qualifications, professional trajectories, and academic output, with the aim of assessing the possibility of recognizing a regional school. Using a mixed methodology, the study outlines a history of the Potiguar School and examines master's theses, highlighting recurring themes and gaps in research. The study is justified by the need to understand the academic impact of the research line, aiming to strengthen public policies and the protection of rights. The results reveal diverse output with an emphasis on human rights, conventionality control, and contemporary issues such as climate change and international migration. However, there is limited continuity in the academic qualification of graduates, indicating the need for greater encouragement for academic progression, such as the creation of a Doctoral program, to consolidate the Potiguar School of International Law.

**Keywords:** international law; constitution; realization; master's degree.

## 1. Considerações iniciais

O estudo das relações entre o direito internacional, a Constituição e a concretização de direitos é um campo de extrema relevância na atualidade, especialmente diante dos desafios globais e regionais que impactam a efetivação de direitos. Nesse contexto, a presente pesquisa se propõe a investigar a atuação e as contribuições da linha de pesquisa 3 do Programa de Pós-Graduação em Direito (mestrado) da UFRN, que se destaca por sua abordagem voltada para a integração do direito internacional com a realidade constitucional brasileira.

Com um programa com área de concentração "Constituição e Garantia de Direitos", e a partir de uma linha de pesquisa voltada para o "Direito Internacional e Concretização dos Direitos", a investigação ganha relevância diante da crescente necessidade de efetivar direitos, especialmente por meio do Direito Internacional. Essa abordagem busca não apenas compreender a relação entre os sistemas jurídicos nacionais e internacionais, mas também explorar como o Direito Internacional pode servir como ferramenta para a concretização de direitos em contextos onde as garantias constitucionais por si só não são suficientes.

A linha de pesquisa em questão tem buscado contribuir da melhor forma possível com conhecimentos teóricos e práticos que apoiam a formulação de políticas e a defesa dos direitos. Nesse sentido, a partir do histórico de proximidade do Rio Grande do Norte com o Direito Internacional, questiona-se: as pesquisas desenvolvidas no âmbito da linha de pesquisa 3 do PPGD/UFRN têm contribuído para a formação de uma Escola Potiguar de Direito Internacional?

Assim, os objetivos deste trabalho são: apresentar um breve histórico do processo de formação da Escola Potiguar de Direito Internacional; identificar a formação acadêmica e profissional dos docentes; e mapear o perfil dos mestres formados pela linha de pesquisa, analisando suas qualificações, atividades desenvolvidas antes e depois da conclusão do curso, e sua produção científica. O estudo visa destacar os temas mais recorrentes, identificar lacunas existentes, explorar possíveis avanços e, finalmente, avaliar a viabilidade do reconhecimento de uma escola regional de Direito Internacional.

O estudo adotou uma abordagem metodológica mista<sup>3</sup> com natureza básica<sup>4</sup>. A principal técnica utilizada foi a pesquisa bibliográfica<sup>5</sup>, especificamente a revisão de literatura<sup>6</sup>. Na primeira parte, realizou uma revisão de literatura do tipo narrativa para elaborar um breve histórico da Escola Potiguar de Direito Internacional em seu processo formativo. Em seguida, a partir da investigação realizada no âmbito das dissertações de mestrado da linha de pesquisa em questão, foi possível identificar contribuições relevantes e áreas que necessitam de mais investigação, proporcionando uma visão integral do campo estudado.

Os dados utilizados neste estudo foram parcialmente coletados a partir do site do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, especificamente na seção "Ensino" -> "Dissertações/Teses"<sup>7</sup>, que oferece informações detalhadas sobre as teses defendidas no programa.

Para complementar essas informações, foi realizada uma verificação nos currículos Lattes dos autores para obter dados adicionais, como a experiência profissional anterior ao mestrado dos discentes, o eventual impacto do mestrado nas suas atividades profissionais, se foram financiados por bolsa de pesquisa durante o mestrado, bem como a proveniência da bolsa. Todas as informações foram inseridas em uma planilha eletrônica, estruturada para permitir uma análise eficiente e sistemática dos dados.

A coleta de dados foi realizada entre 24 e 28 de junho de 2024, com atualizações nos dias 27 e 28 de agosto do mesmo ano. As informações foram coletadas e organizadas em uma planilha eletrônica e incluem: o nome do autor ou autora, o título da dissertação, o nome do orientador ou orientadora, a data de defesa, a composição da banca examinadora, as palavras-chave associadas à tese, a existência de bolsa de pesquisa, as atividades profissionais anteriores e posteriores ao curso, se a dissertação foi publicada em formato de livro, o número de artigos publicados em periódicos com Qualis CAPES durante o mestrado e, por fim, o gênero do autor ou autora.

A verificação das informações adicionais, além das coletadas no site do PPGD/UFRN, foi realizada manualmente na plataforma Lattes, examinando cada autor individualmente para garantir a precisão dos dados. Com as informações organizadas, foi conduzida uma análise descritiva para identificar padrões na produção dentro da linha de pesquisa do programa.

As variáveis foram analisadas individualmente e em conjunto para explorar possíveis correlações relevantes. Com essa abordagem metodológica, foi possível realizar um bom levantamento da produção de dissertações derivadas da linha de pesquisa "Direito Internacional e Concretização de Direitos" do PPGD/UFRN.

---

<sup>3</sup> A pesquisa mista consiste no uso da combinação de abordagens quantitativas e qualitativas. CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*, Artmed, Porto Alegre, 2010, p. 238.

<sup>4</sup> As pesquisas básicas buscam promover o avanço científico, enquanto as aplicadas se concentram na resolução de problemas concretos. HENRIQUES, A.; MEDEIROS, J. B. *Metodologia científica na pesquisa jurídica*, Atlas, São Paulo, 2017, p.102.

<sup>5</sup> A pesquisa bibliográfica utiliza material já elaborado, como livros e artigos científicos, como principal fonte de informação. GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*, Atlas, São Paulo, 2002, p. 44.

<sup>6</sup> RAMOS VOSGERAU, D. S.; PAULIN ROMANOWSKI, J. "Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas". *Rev. Diálogo Educ.*, v. 14, n. 41, 2014, pp. 165-189.

<sup>7</sup> Disponível em [https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt\\_BR&id=404](https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=404). Acesso em 29 ago. 2024.

Esse mapeamento visa não apenas compreender o impacto acadêmico da linha, mas também identificar oportunidades de melhoria na formação oferecida e nas áreas de pesquisa, contribuindo assim para o fortalecimento das políticas públicas e da proteção dos direitos através de uma base acadêmica robusta e bem fundamentada. Com a realização desta pesquisa, pretende-se oferecer uma visão integral da contribuição da linha de pesquisa mencionada, tanto para a formação de uma Escola Potiguar, quanto para além da academia, destacando seus avanços e indicando caminhos futuros para fortalecer ainda mais o direito constitucional, internacional e a efetivação dos direitos.

## 2. O processo de formação da Escola Potiguar de Direito Internacional

A vocação internacionalista do estado do Rio Grande do Norte não é recente. Já na transição do século XIX para o XX, o potiguar Amaro Cavalcanti, nascido em Caicó (onde atualmente se encontra o município de Jardim de Piranhas), se destacava na história do direito internacional. Com uma trajetória significativa, atuou como professor de latim, advogado, deputado constituinte, senador, diplomata, consultor jurídico do Itamaraty, ministro do Supremo Tribunal Federal e membro da Corte Permanente de Arbitragem da Haia<sup>8</sup>.

Amaro Cavalcanti estudou direito na *Albany Law School*, nos Estados Unidos, durante uma missão patrocinada pelo Governo do Estado do Ceará, e se graduou com uma tese sobre o direito à educação. Em 2014, a *Albany Law Magazine* publicou uma breve nota destacando-o como "um dos mais eminentes egressos de *Albany Law*"<sup>9</sup>. A obra internacionalista do jurista foi analisada por George Galindo, que divide sua atuação em duas fases distintas: os escritos da década de 1900 e os da década de 1910<sup>10</sup>.

Na primeira fase, Amaro publicou dois livros: "O arbitramento (no direito internacional)" em 1901 e "A Justiça Internacional" em 1902. No entanto, Galindo aponta que provavelmente as únicas cópias restantes estão perdidas, já que não foram encontradas nas principais bibliotecas do Brasil. Apesar disso, é possível acessar os pareceres de Amaro produzidos enquanto foi Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores (1905-1906), publicados no primeiro volume dos "Pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty"<sup>11</sup>. Além disso, ele apresentou dois trabalhos importantes na Terceira Conferência Internacional Americana, em 1906, sobre arbitragem<sup>12</sup> e codificação do direito internacional<sup>13-14</sup>.

Durante a década de 1910, na segunda fase de sua obra internacionalista, Amaro Cavalcanti destacou-se como fundador, membro e primeiro presidente da Sociedade

---

<sup>8</sup> TEIXEIRA DE SOUZA, C. A. *Amaro Cavalcanti: pequena história sobre o mais notável nordestino-grandense na fase da transição do Império para a República brasileira*, Sebo Vermelho, Natal, 2009.

<sup>9</sup> EMERY, R. "Amaro Cavalcanti, Brazil's Justice of the Supreme Court and Minister of the Interior". *Albany Law Magazine*, sum. 2014, p. 74. Disponível em [https://issuu.com/albanylaw/docs/albanylaw\\_summer2014\\_final\\_online/76](https://issuu.com/albanylaw/docs/albanylaw_summer2014_final_online/76). Acesso em 27 ago. 2024.

<sup>10</sup> BANDEIRA GALINDO, G. R. "Um Cauteloso Jurista: Amaro Cavalcanti e sua Obra Internacionalista", in: BANDEIRA GALINDO, G. R. (Org.). *Direito Internacional no Brasil: Pensamento e Tradição*, v. 1. Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2021, p. 233.

<sup>11</sup> CACHAPUZ DE MEDEIROS, A. P. (Org.). *Pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty. Vol. I (1903-1912)*, Senado Federal, Brasília, 2000. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1044/000577958\\_v1.pdf?sequence=28&isAllowed=y](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1044/000577958_v1.pdf?sequence=28&isAllowed=y). Acesso em 30 ago, 2024.

<sup>12</sup> CAVALCANTI, A. "Exposición sobre la codificación del derecho internacional, público y privado, presentada à la IV Comisión", in: *Terceira Conferência Internacional Americana: Trabalhos do Dr. Amaro Cavalcanti (Delegado do Brasil)*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1906.

<sup>13</sup> CAVALCANTI, A. "Arbitramento Internacional", in: *Terceira Conferência Internacional Americana: Trabalhos do Dr. Amaro Cavalcanti (Delegado do Brasil)*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1906.

<sup>14</sup> BANDEIRA GALINDO, G. R. Op. Cit., p. 233.

Brasileira de Direito Internacional (SBDI)<sup>15</sup>, enquanto Rui Barbosa foi seu presidente de honra. Nesse contexto, apresentou estudos sobre temas como guerra, paz e o uso obrigatório do arbitramento em disputas entre Estados. Este período marca sua maior projeção internacional, com publicações no *American Journal of International Law*<sup>16</sup> e na *Revue Générale de Droit International Public*<sup>17-18</sup>.

Embora sua obra não seja extensa, aborda questões jurídicas internacionais importantes da época e ajuda a definir a posição brasileira sobre elas, ajudando a sedimentar um rudimento de "epistemologia brasileira do direito internacional". Os relatos indicam que Amaro Cavalcanti exercia uma clara liderança na SBDI, contribuindo para a formação de uma comunidade de internacionalistas no Brasil<sup>19</sup>.

Anos depois, nos anos de 1950, outro notável potiguar teve seu impacto no desenvolvimento de uma escola potiguar de direito internacional. Embora o impacto cultural e a grandeza intelectual de Luís da Câmara Cascudo sejam amplamente reconhecidos, muitas vezes passa despercebido um de seus principais papéis: ele foi professor catedrático de Direito Internacional Público na então Faculdade de Direito de Natal, hoje integrada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Apesar de exercer essa função e ter uma das mais extensas produções intelectuais do país, não foi possível encontrar obras dedicadas a essa temática. Conta um de seus biógrafos, Diógenes da Cunha Lima Filho, que, embora tenha recebido um convite para lecionar na Universidade de Brasília, Cascudo rejeitou a oferta imediatamente, a fim de permanecer em Natal<sup>20</sup>.

Na década de 1970, Vitória dos Santos Costa, que havia sido aluna de Câmara Cascudo, tornou-se a primeira pessoa do Rio Grande do Norte a obter o título de doutora em direito. Concluiu seu doutorado (financiado por uma bolsa do Governo Francês) em Direito da Cooperação Internacional na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Nice, na França, com a tese "*Le droit de la mer et le développement en Amérique Latine*"<sup>21</sup>, orientada por René-Jean Dupuy, em maio de 1974<sup>22</sup>. Após retornar ao seu cargo de professora na UFRN, Vitória dos Santos Costa permaneceu na instituição até sua aposentadoria. Desde 2023, o PPGD/UFRN concede anualmente um prêmio em seu nome à melhor dissertação de mestrado do programa.

Sem embargo, desde a sua criação, a Faculdade de Direito de Natal e, posteriormente, o Curso de Direito, vinculado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte tiveram vários responsáveis pela cadeira de Direito Internacional. Inicialmente ocupada por Câmara Cascudo, a cadeira foi depois assumida por Jorge Ivan Cascudo Rodrigues, ex-prefeito de Natal, e por Américo de Oliveira Costa. Em seguida, foi ocupada por Vitória dos Santos Costa, sua filha, e por

<sup>15</sup> Haroldo Valladão destacou que Amaro Cavalcanti presidiu a Sociedade Brasileira de Direito Internacional até o dia de seu falecimento, em 28 de janeiro de 1922. Durante seu mandato, nunca faltou a uma reunião e foi o associado que apresentou o maior número de trabalhos e comunicações. VALLADÃO, H. "Amaro Cavalcanti, autêntico jurista da paz", in: *Paz, Direito, Técnica*. José Olympio, Rio de Janeiro, 1959, p. 95.

<sup>16</sup> CAVALCANTI, A. "Restrictive Clauses in International Arbitration Treaties". *American Journal of International Law*, v. 8, n. 4. 1914.

<sup>17</sup> CAVALCANTI, A. "La Codification du Droit International Américain". *Revue Générale de Droit International Public*, v. 21. 1914.

<sup>18</sup> BANDEIRA GALINDO, G. R. Op. Cit., p. 233.

<sup>19</sup> BANDEIRA GALINDO, G. R. Ibid., p. 233.

<sup>20</sup> CUNHA LIMA FILHO, D. *Luís da Câmara Cascudo: Traços Biográficos*, Departamento Estadual de Imprensa, Natal, 1964, pp. 4-5. Disponível em: <http://ftp.editora.ufrn.br/bitstream/123456789/3912/1/Lu%C3%ADs%20da%20C%C3%A2mara%20Cascudo.%20Tra%C3%A7os%20Biogr%C3%A1ficos.%20LIMA%20FILHO%2C%20Di%C3%B3genes%20da%20Cunha.pdf>. Acesso em 30 ago. 2024.

<sup>21</sup> SANTOS COSTA, V. *Le droit de la mer et le développement en Amérique Latine*. Tese de doutorado, Université de Nice, Nice, 1974.

<sup>22</sup> SANTOS COSTA, V. "Gratidão à França", *Revista da Academia Norte-rio-grandense de Letras*, v. 29, n. 17, 1982, p. 6.

Rosenite Alves de Oliveira<sup>23</sup>. No início dos anos 2000, Rosenite desempenhou um papel crucial na criação da Simulação de Organizações Internacionais (SOI), que se tornou um dos projetos mais duradouros da UFRN e pioneiro no Nordeste.

A partir da atuação da professora Rosenite, os estudantes de Direito da UFRN fundaram, em 2001, a Simulação de Organizações Internacionais, inspirados pelos estudantes de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, que haviam criado o AMUN, o primeiro MUN (*Model United Nations*) do Brasil. A SOI, desenvolvida em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRN, se destacou como uma iniciativa pioneira no Norte-Nordeste. Atualmente, o projeto, coordenado pelo professor Diogo Pignataro de Oliveira, está em sua 23ª edição, tendo um relevante impacto regional e nacional e difundindo o conhecimento sobre questões internacionais aos alunos<sup>24</sup>.

Para além da cadeira de Direito Internacional Público, outras disciplinas afins foram ofertadas no âmbito do curso de Direito da UFRN. Dentre elas, cabe destacar Direito Internacional Privado; Direito Internacional dos Direitos Humanos; Direito Internacional do Trabalho; Prática de Direito Internacional; Direito do Comércio Internacional e Indústria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis; e Direito das Organizações Internacionais.

Na pós-graduação, no âmbito da linha de pesquisa 3, estão cadastradas no sistema e são de possível oferta os componentes curriculares Direito Internacional Privado; Teorias do Direito Internacional; Direito Internacional dos Migrantes; Direito do Contencioso Internacional; Direito Internacional, Constituição e Garantias de Direitos; Direito Internacional Econômico; Direito Internacional dos Direitos Humanos; Direito Internacional do Mar; Direito Ambiental Marítimo Internacional; Cooperação Jurídica Internacional; Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal; Direito Internacional nos Tribunais Superiores Brasileiros; Direito Internacional de Família; além de uma disciplina sobre os desafios e perspectivas na jurisdição interna e no direito internacional do *ne bis in idem*, e diferentes Seminários Jurídicos Avançados em direito internacional e concretização de direitos. Embora não esteja vinculada à linha de pesquisa 3, também é ofertada regularmente a disciplina Processo Civil Internacional e as Garantias Constitucionais do Processo.

Atualmente, a geração contemporânea da Escola Potiguar de Direito Internacional, além da SOI, conta com três grupos de pesquisa vinculados à UFRN. O primeiro é o grupo Direito Internacional e Soberania do Estado Brasileiro: aspectos universal e regional<sup>25</sup>, liderado pelo professor Jahyr-Philippe Bichara, e criado em 2009. Esse grupo possui cinco pesquisadores e sete estudantes, distribuídos nas linhas de pesquisa: "A função do direito na conservação e uso sustentável dos recursos marinhos brasileiros", "A relação entre direito internacional e ordenamento jurídico brasileiro", "Aplicação do Direito Internacional pelo Poder Judiciário brasileiro", "Direito Internacional das Migrações", "Direito Internacional do Clima", "Direito Internacional Econômico" e "Direito Internacional dos Direitos Humanos".

O segundo grupo é o Observatório de Direito Internacional do Rio Grande do Norte<sup>26</sup>, liderado pelo professor Marco Bruno Miranda Clementino, que foi criado em 2018. Atualmente, conta com nove pesquisadores, quarenta e seis estudantes e um técnico, distribuídos nas linhas de pesquisa: "Direito Internacional e Jurisdição", "Direito Internacional nos Tribunais Superiores", "Direito Internacional Privado" e "Direitos Internacional dos Direitos Humanos". O grupo mantém uma parceria com o Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP).

---

<sup>23</sup> Tais informações foram extraídas de discurso proferido por Marco Bruno Miranda Clementino na ocasião da abertura do 22º Congresso Brasileiro de Direito Internacional, realizado em Natal, em 21 de agosto de 2024.

<sup>24</sup> SIMULAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS. *Afinal, o que é a SOI?* [s.d.]. Disponível em <https://www.soi.org.br/saibamais>. Acesso em 29 ago. 2024.

<sup>25</sup> Disponível em: [dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3914848967061062](https://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3914848967061062). Acesso em: 27 ago. 2024.

<sup>26</sup> Disponível em: [dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7125637291648450](https://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7125637291648450). Acesso em: 27 ago. 2024.

O terceiro grupo é o Direito Internacional dos Direitos Humanos e as Pessoas em Situação de Vulnerabilidade<sup>27</sup>, liderado pelos professores Thiago Oliveira Moreira, da UFRN, e Rubén Miranda Gonçalves, da Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, na Espanha. Criado em 2019, o grupo atualmente conta com quatorze pesquisadores, treze estudantes e um colaborador estrangeiro, organizados nas linhas de pesquisa: "Concretização dos Direitos Humanos dos Migrantes pela Jurisdição", "Direitos Humanos, Gênero e Sistema de Justiça" e "Pluralismo Constitucional, Diálogo Interjurisdicional e Controle de Convencionalidade".

O papel do Rio Grande do Norte no direito internacional no Brasil tem se fortalecido significativamente nos últimos anos. Em agosto de 2024, Natal foi palco do 22º Congresso Brasileiro de Direito Internacional, organizado pela Academia Brasileira de Direito Internacional e pela Sociedade Brasileira de Direito Internacional, em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRN. O evento, realizado no estado natal de Amaro Cavalcanti, fundador e primeiro presidente da Sociedade, simbolizou um retorno às origens do idealizador da instituição, reforçando a importância histórica e contemporânea do estado no cenário do direito internacional brasileiro.

Encerrado, sem intenção de exaurir, o processo de formação da Escola Potiguar de Direito Internacional, é fundamental examinar como essa tradição se reflete na atual produção acadêmica local. As próximas seções focam no perfil dos docentes vinculados à linha em questão e na produção do Mestrado em Direito do PPGD/UFRN, investigando a contribuição contemporânea para o direito internacional e o estabelecimento da Escola Potiguar. Através de uma abordagem empírica, estes capítulos exploram os temas predominantes dos trabalhos desenvolvidos e o perfil dos egressos, oferecendo uma perspectiva atualizada sobre o engajamento acadêmico do estado na evolução do direito internacional.

### **3. Breve perfil dos docentes vinculados à linha de pesquisa 3 do PPGD/UFRN no quadriênio 2021-2024**

A linha de pesquisa em questão foi estabelecida no Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRN em janeiro de 2013, com as primeiras dissertações defendidas em 2014. Desde então, oito professores têm contribuído com a orientação de trabalhos dentro da Linha de Pesquisa 3 do Mestrado em Direito da UFRN.

Os professores envolvidos são: Ana Beatriz Ferreira Rebello Presgrave<sup>28</sup>, que orientou quatro trabalhos; Érica Verícia Canuto de Oliveira Veras, responsável por sete dissertações orientadas; Jahyr-Philippe Bichara, com dezessete orientações; Keity Mara Ferreira de Souza e Saboya<sup>29</sup>, que orientou dois trabalhos; Marco Bruno Miranda Clementino, que orientou treze dissertações; Renata Oliveira Almeida Menezes<sup>30</sup>, que não orientou nenhum trabalho; Thiago Oliveira Moreira, com seis orientações; e Yara Maria Pereira Gurgel, cuja orientação abrange vinte e duas dissertações.

Este capítulo abordará o perfil dos docentes vinculados à linha de pesquisa durante o quadriênio 2021-2024, explorando suas formações acadêmicas, disciplinas ministradas, grupos de pesquisa que lideram ou integram, bem como, eventualmente, livros organizados no período. A análise busca identificar as qualificações e experiências que os professores trazem para a linha de pesquisa, evidenciando como suas atuações contribuem para o desenvolvimento do conhecimento em Direito Internacional, formação de novos pesquisadores e para a consolidação da Escola Potiguar de Direito Internacional.

Os professores credenciados ao programa e vinculados à linha durante todo o quadriênio são, em ordem alfabética, Érica Verícia Canuto de Oliveira Veras, Jahyr-Philippe Bichara, Marco Bruno Miranda Clementino, Thiago Oliveira Moreira e Yara Maria Pereira Gurgel. Passa-se, portanto, a um breve perfil dos docentes.

<sup>27</sup> Disponível em: [dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3888229569181918](http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3888229569181918). Acesso em: 27 ago. 2024.

<sup>28</sup> A referida professora deixou de integrar a linha em 2022.

<sup>29</sup> A professora não está credenciada junto ao PPGD/UFRN desde 2019.

<sup>30</sup> A professora se descredenciou do Programa em 2024.

A professora Érica Verícia Canuto de Oliveira Veras<sup>31</sup> é graduada em Direito pela UFPB, possui mestrado em Direito pela UFBA e em Ciências Sociais pela UFRN, além de doutorado em Ciências Sociais pela mesma instituição. Em 2022, concluiu um pós-doutorado pelo Ius Gentium Conimbrigae/Centro de Direitos Humanos da Universidade de Coimbra. Atualmente, além de lecionar na graduação e no mestrado em Direito na UFRN, atua como promotora de justiça no Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Nos últimos quatro anos, ministrou três seminários jurídicos avançados na área de Direito e Gênero. Segundo o Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP/CNPq), integra os grupos "Direito Internacional e Soberania do Estado Brasileiro: aspectos universal e regional" e "Direito Internacional dos Direitos Humanos e as Pessoas em Situação de Vulnerabilidade". Conforme seu currículo Lattes, no último quadriênio participou dos projetos de pesquisa "Direito e Gênero", "Feminicídio: a discussão sobre gênero no plenário do júri", e "Conteúdo normativo da dignidade da pessoa humana e suas implicações jurídicas na realização dos direitos humanos". Em 2023, organizou um livro sobre Direito e Gênero, no qual analisou os pronunciamentos da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) em matéria de violência de gênero<sup>32</sup>.

Jahyr-Philippe Bichara<sup>33</sup> é graduado em Direito pela Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, onde também obteve mestrado e doutorado em Direito, além de um mestrado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Em 2018, concluiu um pós-doutorado na Université Paris 8 Vincennes-Saint-Denis. Atualmente, é Professor Titular na UFRN, em regime de dedicação exclusiva, onde leciona a disciplina de Direito Internacional Público na graduação e coordena o curso de Especialização em Direito Internacional. No mestrado, ofereceu, nos últimos quatro anos, a disciplina Direito Internacional, Constituição e Garantias de Direitos em três oportunidades. De acordo com o Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP/CNPq), lidera o grupo de pesquisa "Direito Internacional e Soberania do Estado Brasileiro: aspectos universal e regional" e integra o Grupo de Estudos de Direito Internacional Público (GEDIP)<sup>34</sup> da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), liderado por Valério de Oliveira Mazzuoli. No último quadriênio, conforme seu currículo Lattes, participou dos projetos de pesquisa "Direito Internacional, Constituição Federal de 1988 e concretização dos direitos", "Proteção Internacional do Clima e Direito Interno Brasileiro" e "Os limites do Acordo de Paris de 2015 sobre mudança do clima à luz das frustrações das conferências das partes". Em 2024, publicou um livro derivado de sua tese de titularidade, intitulado "A relativização da soberania estatal diante das migrações"<sup>35</sup>, além da terceira edição de seu manual de Direito Internacional, em coautoria com Dominique Carreau, lançado em 2021<sup>36</sup>. Nesse mesmo ano, organizou o segundo volume de "Direito Internacional e Questões da Atualidade"<sup>37</sup>.

O docente Marco Bruno Miranda Clementino<sup>38</sup> é graduado em Direito pela UFRN, onde também realizou seu mestrado, e cursou doutorado em Direito na UFPE. Além de lecionar na graduação e no mestrado na UFRN, coordena o Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET) em Natal e atua como Juiz Federal titular da 6ª Vara Federal do Rio Grande do Norte. Nos últimos quatro anos, ofereceu a disciplina Cooperação Jurídica Internacional em três oportunidades e ministrou dois seminários jurídicos avançados.

<sup>31</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6098251246978722>. Acesso em: 27 ago. 2024.

<sup>32</sup> CANUTO, E.; LIMA LINHARES, L. O. (Orgs.). *Direito & Gênero: Análise da jurisprudência da Comissão e da Corte Interamericana de Direitos Humanos em matéria de violência de gênero*, Editora Polimatia, Natal, 2023.

<sup>33</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2615078199240903>. Acesso em: 27 ago. 2024.

<sup>34</sup> Disponível em: [dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4749274561618268](http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4749274561618268). Acesso em: 27 ago. 2024.

<sup>35</sup> BICHARA, J.-P. *A relativização da soberania estatal diante das migrações*, Arraes Editores, Belo Horizonte, 2024.

<sup>36</sup> CARREAU, D.; BICHARA, J.-P. *Direito internacional*, 3 ed., A. Pedone, Paris, 2021.

<sup>37</sup> BICHARA, J.-P. *Direito internacional e questões da atualidade, Volume II: os direitos dos migrantes*, Caule de Papiro, Natal, 2021.

<sup>38</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1281119330515495>. Acesso em: 27 ago. 2024.

Além do campo jurídico, também lecionou em cursos de pós-graduação na área de administração e no Instituto Metrópole Digital da UFRN, abordando temas como a estrutura do Poder Judiciário, inovação e o judiciário. De acordo com o Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP/CNPq), lidera o grupo de pesquisa Observatório de Direito Internacional do Rio Grande do Norte. Nos últimos anos, participou dos projetos de pesquisa "Direito Internacional na Fronteira - Cooperação Jurídica Internacional Brasil-Bolívia (Programa Jurisdição e Fronteiras)", "Direito Internacional dos Direitos Humanos" e "Direito Internacional e Jurisdição", além de projetos sobre ciência de dados, inteligência artificial e inovação no Direito. No último quadriênio, organizou livros sobre direito administrativo<sup>39</sup> e inovação judicial<sup>40</sup>.

O professor Thiago Oliveira Moreira<sup>41</sup> graduou-se em Direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e concluiu um mestrado em Direito pela UFRN. Posteriormente, obteve um segundo mestrado e um doutorado em Direito pela Universidade do País Basco, na Espanha, e atualmente cursa um segundo doutorado na Universidade de Coimbra, com estância de investigação na Universidade Externado de Colômbia. Recentemente, atuou como professor visitante na Universidade Lusófona do Porto, em 2022, e na Universidade Portucalense, em 2024, ambas em Portugal. Na atualidade, é Professor Associado I na UFRN, em regime de dedicação exclusiva, lecionando na graduação e no mestrado, além de coordenar o Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD/UFRN). Nos últimos quatro anos, ofereceu na pós-graduação a disciplina Constitucionalismo Multinível Latino-americano em três ocasiões, Direito Internacional dos Direitos Humanos e Direito Internacional dos Migrantes, cada uma vez, além de três seminários jurídicos avançados sobre o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos. De acordo com o Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP/CNPq), lidera o grupo de pesquisa "Direito Internacional dos Direitos Humanos e as Pessoas em Situação de Vulnerabilidade" e integra o Observatório de Direito Internacional do Rio Grande do Norte. Desde 2021, participou dos projetos de pesquisa "A Concretização dos Direitos Humanos dos Migrantes pela Jurisdição Internacional e Brasileira", "A Relação entre o Direito Interamericano dos Direitos Humanos e o Direito Estatal: um estudo à luz da heterarquia das normas" e "O Direito Internacional dos Direitos Humanos e sua Concretização no Âmbito Doméstico". No último quadriênio, organizou diversos livros, incluindo uma coleção atualmente com quatro volumes sobre o direito internacional dos direitos humanos e as pessoas em situação de vulnerabilidade<sup>42</sup>; direitos humanos dos migrantes no contexto da pandemia de COVID-19<sup>43</sup>; políticas públicas, direito e desenvolvimento<sup>44</sup>; acesso à justiça<sup>45</sup>; direito internacional dos

<sup>39</sup> ARRUDA BEZERRA NETO, B.; CAVALCANTE CARVALHO, L. H.; MIRANDA CLEMENTINO, M. B.; MAIA LINS, R. (Orgs.). *O Futuro do Direito Administrativo: Estudos em Homenagem ao Prof. Edilson Nobre*, Noeses, São Paulo, 2023.

<sup>40</sup> CASTAGNA LUNARDI, F.; MIRANDA CLEMENTINO, M. B. (Orgs.). *Inovação judicial: fundamentos e práticas para uma jurisdição de alto impacto*, Brasília, ENFAM, 2021.

<sup>41</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8030681636075210>. Acesso em: 27 ago. 2024.

<sup>42</sup> OLIVEIRA MOREIRA, T.; PEREIRA GURGEL, Y. M. (Coords.); ALVES LOPES FILHO, F. C. (Org.). *O Direito Internacional dos Direitos Humanos e as pessoas em situação de vulnerabilidade*, v. 1, Polimatia, Natal, 2021; OLIVEIRA MOREIRA, T.; PEREIRA GURGEL, Y. M. (Coords.). *O Direito Internacional dos Direitos Humanos e as pessoas em situação de vulnerabilidade*, v. 2, Polimatia, Natal, 2022; MAIA, C.; OLIVEIRA MOREIRA, T.; PEREIRA GURGEL, Y. M. (Orgs.). *O Direito Internacional dos Direitos Humanos e as pessoas em situação de vulnerabilidade*, v. 3, Polimatia, Natal, 2022; OLIVEIRA MOREIRA, T.; CARDOSO SQUEFF, T. (Orgs.). *O Direito Internacional dos Direitos Humanos e as pessoas em situação de vulnerabilidade: estudos em homenagem ao Prof. Antônio Augusto Cançado Trindade*, v. 4, Polimatia, Natal, 2023.

<sup>43</sup> CARVALHO RAMOS, A.; OLIVEIRA MOREIRA, T.; FRIEDRICH, T. S. (Coords.); BARBERO GONZÁLEZ, I.; GERMANO ALVES, F.; VEDOVATO, L. R. (Orgs.). *Direitos humanos dos migrantes e pandemia*, Instituto Memória, Curitiba, 2021.

<sup>44</sup> MORAES BRAGA JÚNIOR, S. A.; OLIVEIRA MOREIRA, T.; GERMANO ALVES, F. (Orgs.). *Políticas Públicas, Direito e Desenvolvimento: aspectos educacionais, ambientais, econômicos e tributários*, Motres, Salvador, 2022.

<sup>45</sup> ALENCAR XAVIER, Y. M.; GERMANO ALVES, F.; OLIVEIRA MOREIRA, T. (Orgs.). *Prestação jurisdicional e diferentes formas de acesso à justiça*, Polimatia, Natal, 2022.

direitos humanos<sup>46</sup>; além dos anais do Congresso Brasileiro de Direito Aplicado<sup>47</sup> e do 4º Congresso Internacional de Derechos Humanos y Derecho Electoral<sup>48</sup>.

Yara Maria Pereira Gurgel<sup>49</sup> é graduada em Direito pela UFRN, com mestrado e doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Em 2019, concluiu um pós-doutorado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Atualmente, é Professora Associada III na UFRN, em regime de dedicação exclusiva, lecionando na graduação e no mestrado em Direito. Nos últimos quatro anos, ministrou a disciplina Direito Internacional dos Direitos Humanos na pós-graduação em três ocasiões, além de dois seminários jurídicos avançados e uma disciplina sobre negociações trabalhistas em curso de especialização lato sensu. De acordo com o Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP/CNPq), participa dos grupos de pesquisa "Direito Internacional e Soberania do Estado Brasileiro: aspectos universal e regional", "Observatório de Direito Internacional do Rio Grande do Norte" e "Direito Internacional dos Direitos Humanos e as Pessoas em Situação de Vulnerabilidade". No último quadriênio, integrou os projetos de pesquisa "Proteção Internacional do Trabalho e o Combate às Discriminações nas Relações de Trabalho", "Conteúdo Normativo da Dignidade da Pessoa Humana e suas Implicações Jurídicas na Realização dos Direitos Humanos" e "O Direito Internacional dos Direitos Humanos e sua Concretização no Âmbito Doméstico". Entre 2021 e 2024, coordenou alguns volumes da coleção "Direito Internacional dos Direitos Humanos e as Pessoas em Situação de Vulnerabilidade"<sup>50</sup>.

Durante o último quadriênio (2021-2024), os professores vinculados à linha 3 publicaram 56 artigos em periódicos com Qualis CAPES. Destes, 9 foram classificados como Qualis A1, 7 como Qualis A2, 10 como Qualis A3, 16 como Qualis A4, 4 como Qualis B1, 5 como Qualis B2, 5 como Qualis B3, e nenhum Qualis B4 ou C.

O tema mais recorrente nos trabalhos foi, sem dúvida, as migrações internacionais, abrangendo questões de direitos humanos, políticas migratórias, apatridia, entre outros. Além disso, destacou-se a aplicação do direito internacional no âmbito doméstico. Outros tópicos frequentes incluíram Direito e Gênero, proteção ambiental e mudanças climáticas, além de teoria do direito internacional, tanto sob perspectivas clássicas quanto contemporâneas.

---

<sup>46</sup> PIGNATARO DE OLIVEIRA, D.; ALENCAR XAVIER, Y. M.; OLIVEIRA MOREIRA, T. (Orgs.). *Direito Internacional dos Direitos Humanos: em comemoração aos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos*, OAB Editora, Brasília, 2022.

<sup>47</sup> GERMANO ALVES, F.; OLIVEIRA MOREIRA, T.; MEDEIROS LEITE, T.; FERNANDES ALVES, V. R. (Orgs.). *Direito aplicado: tendências atuais do direito*, v. 1, Polimatia, Natal, 2022; AFONSO CARNEIRO, F. M.; OLIVEIRA MOREIRA, T.; FERNANDES ALVES, V. R. (Orgs.). *Direito aplicado: Agenda 2030 (direito internacional e direitos humanos)*, v. 3, Insigne Acadêmica, Natal, 2023; AGRA DE MEDEIROS, B. et. al. (Orgs.). *Anais do IIº Congresso Brasileiro de Direito Aplicado: inovação e sociedade*, Polimatia, Natal, 2023; GERMANO ALVES, F.; ALMEIDA MENEZES, R. O.; OLIVEIRA MOREIRA, T.; FERNANDES ALVES, V. R. (Orgs.). *Direito aplicado: inovação e sociedade*, v. 2, Polimatia, Natal, 2023; AFONSO CARNEIRO, F. M.; SILVA MELO, R. M.; OLIVEIRA MOREIRA, T. (Orgs.). *Direito aplicado: tecnologia e desenvolvimento (Direito Internacional e Direitos Humanos)*, v. 3, Insigne Acadêmica, Natal, 2024.

<sup>48</sup> SORELA CASTILLO, A.; MIRANDA GONÇALVES, R.; OLIVEIRA MOREIRA, T. (Dir.). *Derechos Humanos en debate: Reflexiones sobre su alcance en un mundo globalizado*, Academia Líder de Formación Avanzada, Morelos, 2024.

<sup>49</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8686260157736966>. Acesso em 27 ago. 2024.

<sup>50</sup> OLIVEIRA MOREIRA, T.; PEREIRA GURGEL, Y. M. (Coords.); ALVES LOPES FILHO, F. C. (Org.). *O Direito Internacional dos Direitos Humanos e as pessoas em situação de vulnerabilidade*, v. 1, Polimatia, Natal, 2021; OLIVEIRA MOREIRA, T.; PEREIRA GURGEL, Y. M. (Coords.). *O Direito Internacional dos Direitos Humanos e as pessoas em situação de vulnerabilidade*, v. 2, Polimatia, Natal, 2022; MAIA, C.; OLIVEIRA MOREIRA, T.; PEREIRA GURGEL, Y. M. (Orgs.). *O Direito Internacional dos Direitos Humanos e as pessoas em situação de vulnerabilidade*, v. 3, Polimatia, Natal, 2022.

Com relação à língua dos artigos, a imensa maioria foi escrita em português. No entanto, houveram quatro artigos escritos em espanhol<sup>51</sup>, três em inglês<sup>52</sup> e um em francês<sup>53</sup>. Além disso, catorze artigos foram publicados em revistas estrangeiras<sup>54</sup>,

<sup>51</sup> SILVA CARDOSO, J.; OLIVEIRA MOREIRA, T. "Los desafíos de la gobernanza migratoria en el MERCOSUR: las suspensiones de Venezuela y sus consecuencias en la política migratoria brasileña". *Si Somos Americanos - Revista de Estudios Transfronterizos*, v. 22, p. 34-58, 2022; ARAÚJO COSTA, M.; CANUTO, E. "La perspectiva de género como elemento del constitucionalismo multinivel: un análisis a partir de la jurisprudencia del tribunal de justicia de Rio Grande do Norte". *Revista de Derecho Público*, v. 1, p. 1-22, 2023; AMARANTE DE OLIVEIRA, C. J. A.; OLIVEIRA MOREIRA, T. O. "El Constitucionalismo Multinivel Interamericano y el diálogo (necesario) entre el Supremo Tribunal Federal de Brasil y la Corte Interamericana de Derechos Humanos en materia de prisión preventiva". *Estudios constitucionales*, v. 21, p. 279-307, 2023; ARAÚJO COSTA, M.; OLIVEIRA VERAS, E. V. C.; OLIVEIRA MOREIRA, T. "El diálogo interjurisdiccional entre el Supremo Tribunal Federal y la Corte Interamericana de Derechos Humanos en el tema de género". *Revista de la Facultad de Derecho y Ciencias Políticas*, v. 54, p. 1-22, 2024.

<sup>52</sup> JACOB DE MENEZES-NETO, E.; MIRANDA CLEMENTINO, M. B. "Using deep learning to predict outcomes of legal appeals better than human experts: A study with data from Brazilian federal courts". *PLoS One*, v. 17, p. e0272287, 2022; OLIVEIRA MOREIRA, T.; LODÔNIO DANTAS, B. "The Exercise Of Conventionality Control By The Non-Specialized Brazilian Higher Courts". *Revista Digital Constituição e Garantia de Direitos (UFRN)*, v. 14, p. 203-229, 2023; OLIVEIRA MOREIRA, T.; VALE, P. A. "Migrants' human rights in Brazil: state of the art". *Cadernos De Direito Actual*, v. 24, p. 56-70, 2024.

<sup>53</sup> BICHARA, J.-P. "Les droits des migrants dans le système interaméricain de protection des droits humains". *Revue Européenne des Migrations Internationales*, v. 40, p. 193-200, 2024.

<sup>54</sup> **Argentina:** AMARANTE DE OLIVEIRA, C. J. A.; OLIVEIRA MOREIRA, T. "As garantias processuais dos imigrantes presos provisoriamente: uma análise da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal do Brasil à luz do Direito Internacional". *RECorDIP*, v. 1, p. 246-275, 2022; **Chile:** SILVA CARDOSO, J. L. M.; OLIVEIRA MOREIRA, T. "Los desafíos de la gobernanza migratoria en el MERCOSUR: las suspensiones de Venezuela y sus consecuencias en la política migratoria brasileña". *Si Somos Americanos - Revista de Estudios Transfronterizos*, v. 22, p. 34-58, 2022; ARAÚJO COSTA, M.; CANUTO, E. "La perspectiva de género como elemento del constitucionalismo multinivel: un análisis a partir de la jurisprudencia del tribunal de justicia de Rio Grande do Norte". *Revista de Derecho Público*, v. 1, p. 1-22, 2023; AMARANTE DE OLIVEIRA, C. J. A.; OLIVEIRA MOREIRA, T. "El Constitucionalismo Multinivel Interamericano y el diálogo (necesario) entre el Supremo Tribunal Federal de Brasil y la Corte Interamericana de Derechos Humanos en materia de prisión preventiva". *Estudios constitucionales*, v. 21, p. 279-307, 2023; **Colômbia:** OLIVEIRA MOREIRA, T.; ARAÚJO COSTA, M.; OLIVEIRA VERAS, E. V. C. "El diálogo interjurisdiccional entre el Supremo Tribunal Federal y la Corte Interamericana de Derechos Humanos en el tema de género". *Revista de la Facultad de Derecho y Ciencias Políticas*, v. 54, p. 1-22, 2024.; OLIVEIRA MOREIRA, T.; LODÔNIO DANTAS, B. "O papel do Ius Constitutionale Commune Latino-Americano na proteção dos direitos humanos das pessoas em situação de mobilidade internacional". *Anuario de Derecho Constitucional Latinoamericano*, v. XXIX, p. 321-350, 2023; OLIVEIRA MOREIRA, T.; ALVES DOS SANTOS, I. E. "O princípio anticorrupção e a sua inserção no processo de constitucionalização do direito internacional". *Anuario de Derecho Constitucional Latinoamericano*, v. XXVIII, p. 213-232, 2022; **Espanha:** SOUSA LINS, R. G.; PEREIRA GURGEL, Y. M.; OLIVEIRA MOREIRA, T. "O Constitucionalismo Multinível de Ingolf Pernice: uma análise de pontos e contrapontos". *Cadernos de Direito Actual*, v. 15, p. 186-203, 2021; OLIVEIRA MOREIRA, T.; FERNANDES ALVES, V. R. "Dever de Prestar Contas e Cenários Anticorrupção: uma análise de sua interface a partir de casos contenciosos da Corte Interamericana de Direitos Humanos". *Revista General De Derecho Administrativo*, v. 66, p. 1-34, 2024; OLIVEIRA MOREIRA, T.; LODÔNIO DANTAS, B. "A Jurisdição Cooperativa como Instrumento de Materialização do Ius Constitutionale Commune Latino-Americano (ICCLA) no Brasil". *Cadernos De Direito Actual*, v. 21, p. 363-385, 2023; OLIVEIRA MOREIRA, T.; VALE, P. A. "Migrants' human rights in Brazil: state of the art". *Cadernos De Direito Actual*, v. 24, p. 56-70, 2024; **França:** BICHARA, J.-P. "Les droits des migrants dans le système interaméricain de protection des droits humains". *Revue Européenne des Migrations Internationales*, v. 40, p. 193-200, 2024; **Portugal:** BICHARA, J.-P.; MAIA ROCHA, I. Q. "Direito Internacional e Direito Brasileiro na Atualidade: entre Avanços e Incongruências do Poder Judiciário". *RJLB - Revista Jurídica Luso-Brasileira*, v. 6, p. 1105, 2021; **Estados Unidos:** JACOB DE MENEZES-NETO, E.; MIRANDA CLEMENTINO, M. B. "Using deep learning to predict outcomes of legal appeals better than human experts: A study with data from Brazilian federal courts". *PLoS One*, v. 17, p. e0272287, 2022.

sendo sete em revistas da América Latina (Argentina, Chile, e Colômbia), seis em revistas da Europa (Espanha, França e Portugal) e um da América do Norte (Estados Unidos). Além disso, sete estão indexados no *Journal Citation Reports* (JCR), cinco do Scopus e um no Web of Science.

Além dos artigos publicados em revistas classificadas pelo Qualis CAPES, foram publicados 113 capítulos de livros, tanto em obras nacionais quanto internacionais. Também foram publicados 18 trabalhos completos em anais de congressos, nacionais e internacionais. Vale destacar que, como alguns congressos publicam seus anais em formato de livro, esses números podem não refletir com precisão a quantidade exata de publicações.

Além disso, a inserção social dos docentes do programa é significativa, destacando-se pela participação ativa no Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte (CERAM/RN)<sup>55</sup> e em algumas Unidades de Fiscalização e Monitoramento das Decisões do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos (UMF), como as do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF 5)<sup>56</sup> e do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN)<sup>57</sup>.

Para além da composição de organismos de relevância para a proteção dos direitos humanos e aplicação do direito internacional, a produção dos professores vinculados à linha 3 tem um impacto prático no sistema de justiça. A título exemplificativo, a obra da professora Érica Canuto sobre a Lei Maria da Penha<sup>58</sup> foi citada na fundamentação do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.138/DF, do STF, sob relatoria do Ministro Alexandre de Moraes<sup>59</sup>; e a obra do professor Thiago Oliveira Moreira<sup>60</sup> foi citada como fundamentação da decisão da Apelação Cível nº 0811107-10.2022.4.05.8100<sup>61</sup>.

Não obstante, todos os professores vinculados à linha de pesquisa 3 têm diversos trabalhos incluídos na Biblioteca Digital Jurídica (BDJur) do Superior Tribunal de Justiça<sup>62</sup>. Em 2022, Thiago Oliveira Moreira teve um trabalho, em coautoria com o egresso Richardy Videnov Alves Santos<sup>63</sup>, destacado na bibliografia do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em dossiê com o tema "Controle de convencionalidade no direito do trabalho".

Nos últimos quatro anos, os professores vinculados à linha 3 participaram ativamente da organização de diversos eventos acadêmicos, conforme registrado na aba "Organização de eventos, congressos, exposições e feiras" do currículo Lattes. Em 2021, foi realizado um seminário sobre direito internacional econômico e em 2023, ocorreram

---

<sup>55</sup> O professor Thiago Oliveira Moreira ocupa a cadeira destinada à UFRN, enquanto o professor Jahyr-Philippe Bichara ocupa a suplência.

<sup>56</sup> O professor Marco Bruno Miranda Clementino ocupa uma das vagas destinadas aos juizes federais, enquanto Thiago Oliveira Moreira ocupa a vaga de professor.

<sup>57</sup> Existem duas vagas destinadas à academia. Enquanto Thiago Oliveira Moreira ocupa a vaga de professor, Bruna Agra de Medeiros, que realiza pesquisa a nível pós-doutoral no PPGD/UFRN, ocupa a vaga de pesquisador.

<sup>58</sup> CANUTO, E. *Princípios Especiais da Lei Maria da Penha*, Fórum, Belo Horizonte, 2021.

<sup>59</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Pleno). *ADI nº 6.138/DF*. Relator Ministro ALEXANDRE DE MORAIS. Órgão Julgador PLENÁRIO. Data do julgamento: 23/03/2022. Data de publicação DOU: 22/06/2022.

<sup>60</sup> OLIVEIRA MOREIRA, T. *A concretização dos direitos humanos dos migrantes pela jurisdição brasileira*, Instituto Memória, Curitiba, 2019.

<sup>61</sup> BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região (Quinta Turma). *Apelação Cível nº 0811107-10.2022.4.05.8100*. Relatora Desembargadora Federal Convocada POLYANA FALCÃO BRITO. Órgão Julgador QUINTA TURMA. Data do julgamento: 22/10/2023.

<sup>62</sup> Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/2>. Acesso em: 29 ago. 2024.

<sup>63</sup> ALVES DOS SANTOS, R. V.; OLIVEIRA MOREIRA, T.; DUARTE NETO, B. H. "Controle de convencionalidade da reforma trabalhista pelos magistrados de 1º grau do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região". *Inter: Revista de Direito Internacional e Direitos Humanos da UFRJ*, v. 4, n. 2, p. 96-125, 2021.

o IV *Congreso Internacional de Derechos Humanos y Electoral*, ambos com a participação de docentes e pesquisadores brasileiros e estrangeiros, e o I Encontro de Professores e Pesquisadores de Direito Internacional do Nordeste.

Nesse mesmo ano, foi organizado um mutirão pela Justiça Federal, com apoio do PPGD/UFRN, denominado Mutirão Pop Rua Jud Migrantes, destinado a atender as necessidades da população migrante no Rio Grande do Norte. Ainda entre 2023 e 2024, destacaram-se três cursos voltados para a área de violência de gênero, abordando temas como guarda de filhos e violência doméstica e familiar, defesa dos direitos das mulheres em situação de violência, e violência patrimonial sob a perspectiva de gênero. Embora esses cursos não estejam diretamente vinculados ao direito internacional, eles contribuem para a materialização de obrigações internacionais, reforçando o compromisso com a concretização dos direitos humanos.

Já em 2024, ocorreram o 22º Congresso Brasileiro de Direito Internacional, coordenado localmente por professores da linha 3, citado anteriormente, e um seminário em parceria com a Universidade de Pisa, na Itália, e a Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) sobre a proteção multinível dos direitos humanos, com a participação de professores brasileiros e um italiano.

Outros eventos relevantes incluíram congressos sobre direito transnacional e direitos humanos, além dos Seminários de Direito Internacional dos Direitos Humanos do PPGD/UFRN, que tiveram sete edições realizadas durante o último quadriênio, da IV à X. No âmbito do Observatório de Direito Internacional do Rio Grande do Norte, são realizadas periodicamente palestras do "Ciclo de Palestras Direito Internacional em Foco", abordando diversas áreas do direito internacional, com transmissão gratuita pelo canal do YouTube do grupo<sup>64</sup>.

Após examinar o perfil dos professores que compõem a linha de pesquisa em estudo, com destaque para suas qualificações e contribuições acadêmicas, é necessário voltar a atenção para os egressos do programa. A análise dos dados dos ex-alunos permitirá compreender o impacto da formação oferecida, identificar os principais destinos profissionais dos mestres formados, mapear a produção científica gerada, e verificar características da Escola Potiguar de Direito Internacional.

#### **4. Contribuições dos egressos da linha 3 do PPGD/UFRN para o desenvolvimento da Escola Potiguar de Direito Internacional**

Embora o foco do artigo seja avaliar o perfil dos egressos da linha 3 do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRN, é relevante também considerar, ainda que de forma exemplificativa, a produção científica quantitativa de discentes e docentes. É importante observar a possível sobreposição na produção de discentes e docentes devido à coautoria. Desde o início da linha 3 (de 2012 a 2024), foram publicados pelos alunos<sup>65</sup> 80 artigos em periódicos classificados pelo Qualis CAPES. Dentre esses, 5 foram classificados como Qualis A1, 2 como Qualis A2, 9 como Qualis A3, 29 como Qualis A4, 9 como Qualis B1, 9 como Qualis B2, 9 como Qualis B3, 2 como Qualis B4, e 6 como Qualis C.

No entanto, em que pese uma produção razoavelmente expressiva, com uma média de 1,12 artigos por egresso, a divisão não é nem um pouco equilibrada. Dos 71 mestres formados pela linha, a partir dos dados coletados da plataforma Lattes, 33 não publicaram nenhum artigo em periódico com Qualis CAPES no decurso do mestrado. Além disso, apenas 17 dissertações foram publicadas em formato de livro, o que resulta em apenas 23.94% das dissertações defendidas.

---

<sup>64</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/@OBDIRN>. Acesso em: 30 ago. 2024.

<sup>65</sup> Não foram incluídos no quantitativo os artigos publicados pelos alunos atualmente matriculados no programa.

Antes mesmo do estabelecimento da linha de pesquisa 3, algumas dissertações já abordavam a temática internacionalista, como foi o caso de dissertações sobre “Os antagonismos da integração sul-americana na ordem jurídica brasileira”<sup>66</sup>, defendida em 2011, e a “Aplicação dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos pela Jurisdição Brasileira”<sup>67</sup>, defendida em 2012.

Com relação às temáticas abordadas, as dissertações vinculadas à linha 3 do mestrado em Direito da UFRN destacam-se por uma forte ênfase em Direitos Humanos. A análise das palavras-chave revela que muitos trabalhos focam no Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos (SIPDH). Ao menos treze trabalhos tratam do SIPDH, abordando questões como o acesso direto do indivíduo à Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH)<sup>68</sup>, a implementação<sup>69</sup> e execução<sup>70</sup> das sentenças da Corte no ordenamento jurídico brasileiro, e as falhas na aplicação das normas interamericanas na proteção de mulheres encarceradas<sup>71</sup>. Outros temas exploram o impacto da jurisprudência da Corte IDH na proteção da população LGBTQIAPN+ no Brasil<sup>72-73</sup>, os efeitos do reconhecimento da diversidade sexual como direito humano pelo SIPDH<sup>74</sup>, e casos emblemáticos como o de Maria da Penha Fernandes na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)<sup>75</sup>.

---

<sup>66</sup> NEVES MACEDO, M. *Os antagonismos da integração sul-americana na ordem jurídica brasileira*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

<sup>67</sup> OLIVEIRA MOREIRA, T. *Aplicação dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos pela Jurisdição Brasileira*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

<sup>68</sup> SIMÕES PIRES, J. *Sistema Interamericano e acesso direto do indivíduo à Corte IDH: em busca de uma maior promoção do direito internacional dos direitos humanos na América*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

<sup>69</sup> MEDEIROS TORRES, S. *A implementação das sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos no direito brasileiro: o impacto do Caso Gomes Lund no exercício do controle de convencionalidade*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

<sup>70</sup> MATOS DE QUEIROZ, A. P. *As sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos e a problemática da execução no direito brasileiro*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

<sup>71</sup> ARAÚJO COSTA, M. *Direitos humanos das mulheres encarceradas no Complexo Penal Dr. João Chaves e (des)cumprimento das normas do Sistema Interamericano*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

<sup>72</sup> CASTRO MELO, A. V. *Direitos humanos da população LGBTQIA+ no Brasil: status atual de proteção e possíveis contribuições da jurisprudência contenciosa do Sistema Interamericano*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

<sup>73</sup> CASSIANO DE ARAÚJO, Y. R. *A construção jurídica da cidadania sexual no Brasil: diálogo com os marcos normativos internacionais de proteção às pessoas LGBTQIAP+ e a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

<sup>74</sup> SÁ NETO, C. E. *Os efeitos do reconhecimento da diversidade sexual como um direito humano pelo Sistema Interamericano de Proteção*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

<sup>75</sup> PEIXOTO NÓBREGA, B. *Caso Maria da Penha Fernandes: (des)cumprimento das recomendações feitas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos ao Brasil*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

Além disso, as dissertações examinam a proteção do direito à vida intrauterina sob a perspectiva do SIPDH<sup>76</sup>, a política migratória brasileira à luz das normas interamericanas<sup>77</sup>, e a proteção ambiental promovida pela Corte IDH<sup>78</sup>. Questões correlatas, como o exercício do controle de convencionalidade pelo Supremo Tribunal Federal e o *Ius Constitutionale Commune* na América Latina<sup>79</sup>, bem como a inconveniência da prisão preventiva no Brasil à luz da teoria do Constitucionalismo Multinível, também são temas presentes<sup>80</sup>.

O controle de convencionalidade é outro tema frequentemente abordado nas dissertações, com algumas interseções com os temas discutidos anteriormente. Pelo menos oito trabalhos tratam dessa temática, explorando uma variedade de assuntos, como o controle de convencionalidade em matéria previdenciária pela Justiça Federal<sup>81</sup>, o controle preventivo da Reforma Trabalhista de 2017 pelo Congresso Nacional<sup>82</sup>, e a análise da convencionalidade e constitucionalidade da política de cotas para mulheres no ambiente laboral<sup>83</sup>.

Em seguida, diversas dissertações abordam a temática de gênero, com pelo menos nove trabalhos dedicados a essa área. Esses estudos exploram, especificamente, as relações interseccionais entre gênero e refúgio<sup>84</sup>, gênero e raça<sup>85</sup>, e gênero, origem e cultura<sup>86</sup>. Outras pesquisas analisam os direitos humanos de mulheres transexuais e travestis em privação de liberdade no Rio Grande do Norte<sup>87</sup>, o direito internacional à

<sup>76</sup> CAVALCANTE DE SOUZA JÚNIOR, C. J. *O direito internacional dos direitos da personalidade: uma análise do direito à vida intrauterina à luz do Sistema Interamericano de Direitos Humanos*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

<sup>77</sup> SILVA, T. R. *A (necessária) convencionalização da legislação migratória brasileira: uma análise da regulamentação da política migratória à luz do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

<sup>78</sup> RIBEIRO DE OLIVEIRA, J. E. R. *Proteção ambiental e Corte Interamericana de Direitos Humanos: um aporte de reflexão para a justiça comum brasileira*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

<sup>79</sup> LODÔNIO DANTAS, B. *O exercício do controle de convencionalidade pelo Supremo Tribunal Federal e sua (in)compatibilidade com o Ius Constitutionale Commune na América Latina*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

<sup>80</sup> AMARANTE DE OLIVEIRA, C. J. A. *A (in)convencionalidade da prisão preventiva no Brasil a partir da teoria do Constitucionalismo Multinível*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

<sup>81</sup> PAIVA PINHEIRO, P. I. *O (não) exercício do controle de convencionalidade em matéria previdenciária pela Justiça Federal*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

<sup>82</sup> CAVALCANTI MAGALHÃES, D. *O controle de convencionalidade da Reforma Trabalhista de 2017 pelo Congresso Nacional*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

<sup>83</sup> ABRANTES BARBOSA, L. F. *Análise da convencionalidade e constitucionalidade da política de cotas para mulheres enquanto medida válida para combater a discriminação de gênero nas relações de trabalho*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

<sup>84</sup> PEREIRA DA SILVA, W. M. N. *Mulheres e refugiadas: uma análise da proteção internacional dos direitos humanos conferidos às mulheres refugiadas sob a ótica interseccional entre gênero e refúgio*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

<sup>85</sup> SOUSA MATHIAS, A. Q. S. *Gênero e raça: interseccionalidades no combate à violência contra as mulheres brasileiras*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

<sup>86</sup> MEDEIROS ROSA, M. C. *Por ser de lá: a tutela jurídica da mulher nordestina sujeita a discriminação múltipla com base em gênero, origem e cultura*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

<sup>87</sup> LIMA LINHARES, L. O. *A efetivação dos direitos humanos das mulheres transexuais e travestis em privação de liberdade no Rio Grande do Norte: um estudo à luz do direito internacional*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

equidade de gênero e o pioneirismo antidiscriminatório de Nísia Floresta<sup>88</sup>. Além disso, incluem-se investigações sobre o direito à retificação do registro civil de crianças e adolescentes trans no Brasil<sup>89</sup> e a influência do direito internacional no processo de empoderamento econômico das mulheres por meio de políticas comerciais<sup>90</sup>, bem como sobre como o sistema internacional da OIT pode proteger o mercado de trabalho da mulher<sup>91</sup>.

Outro tema frequentemente abordado nas dissertações da linha de pesquisa em questão é a cooperação jurídica internacional. Ao menos seis dissertações abordam essa temática. Notadamente, foram estudadas questões de cooperação para o combate à corrupção<sup>92</sup>, cooperação jurídica e terrorismo<sup>93</sup>, cooperação cível via auxílio direto<sup>94</sup>, os reflexos na jurisdição brasileira do Mutual Legal Assistance Treaty celebrado entre o Brasil e os Estados Unidos<sup>95</sup>, uma análise empírica da atuação da Justiça Federal da 5ª Região em matéria de cooperação jurídica internacional<sup>96</sup>, e um estudo sobre o regime global de bloqueio de bens<sup>97</sup>.

Além disso, foram desenvolvidos trabalhos sobre proteção ao meio ambiente e mudanças climáticas, incluindo dissertações que examinam a adequação do município de Natal/RN ao Acordo de Paris<sup>98</sup>, a implementação das contribuições nacionalmente determinadas pelo Brasil nesse contexto<sup>99</sup> e a aplicabilidade do direito internacional do mar no ordenamento jurídico brasileiro como medida de prevenção contra incidentes de poluição marinha por óleo<sup>100</sup>.

---

<sup>88</sup> ARAÚJO, L. B. *Direito internacional à equidade de gênero e o pioneirismo antidiscriminatório de Nísia Floresta*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

<sup>89</sup> DANTAS DE SENA, M. L. M. *Crianças e adolescentes trans no Brasil: retificação do registro civil à luz dos direitos humanos*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

<sup>90</sup> GALIZA E SILVA, G. *A influência do direito internacional no processo de empoderamento econômico das mulheres e a incorporação do gênero na política comercial brasileira*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

<sup>91</sup> ALMEIDA DE ARAÚJO, A. *Corresponsabilidade familiar e proteção do mercado de trabalho da mulher: o sistema internacional da OIT como fonte integrativa da garantia constitucional*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

<sup>92</sup> SANTOS, E. K. *As inconsistências no cumprimento da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Convenção de Mérida) pelo Estado brasileiro*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

<sup>93</sup> EULÁLIO BRASILEIRO, A. *A cooperação jurídica internacional no terrorismo*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

<sup>94</sup> ARAGÃO SILVA, P. H. *A cooperação jurídica internacional em matéria civil via auxílio direto: uma análise acerca do reconhecimento de uma ordem jurídica transnacional*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

<sup>95</sup> MAGALHÃES DE LACERDA, P. C. *O direito penal do inimigo na atualidade: Mutual Legal Assistance Treaty – MLAT, em matéria penal, celebrado entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América bem como seus reflexos na jurisdição brasileira*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

<sup>96</sup> PEREIRA DE ANDRADE, B. *A atuação da Justiça Federal da 5ª Região em matéria de cooperação jurídica internacional: análise empírica de dados do Sistema de Processo Judicial Eletrônico*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

<sup>97</sup> ROCHA DE ANDRADE, F. *Regime global de bloqueio de bens: a implementação do regime internacional de persecução patrimonial penal pelo Estado brasileiro*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

<sup>98</sup> ARO BEZERRA, R. *A ação multinível desempenhada a partir da competência constitucional suplementar no combate à mudança climática: o atraso do município de Natal/RN na adequação ao Acordo de Paris*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

<sup>99</sup> MANIÇOBA BALDUINO, M. C. J. *Mudanças climáticas: análise da implementação das contribuições nacionalmente determinadas do Brasil no Acordo de Paris*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

<sup>100</sup> LINS ALVES, R. *A aplicabilidade do direito internacional do mar no ordenamento jurídico brasileiro como medida de prevenção contra incidentes de poluição marinha por óleo*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

No âmbito das migrações internacionais, refúgio e apatridia, há estudos sobre o Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte<sup>101</sup>, o direito internacional humanitário e sua relação com os migrantes<sup>102</sup>, a proteção dos trabalhadores migrantes<sup>103</sup>, e a efetivação dos direitos humanos dos migrantes venezuelanos pela Justiça Federal brasileira no contexto da pandemia de COVID-19<sup>104</sup>. Além disso, incluem-se trabalhos sobre a natureza do asilo diplomático<sup>105</sup>, medidas de retirada compulsória de estrangeiros<sup>106</sup>, e a atuação do Estado brasileiro frente o sistema internacional de proteção dos apátridas<sup>107</sup>.

Outro tema recorrente foi o direito internacional econômico, a partir da abordagem de temas variados e relevantes. Entre os estudos, destacam-se: a proteção internacional dos direitos humanos por organismos econômicos<sup>108</sup>, a aplicação dos acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC) pelo poder judiciário brasileiro<sup>109</sup>, e a defesa do desenvolvimento nacional pelo Brasil no órgão de solução de controvérsias da OMC<sup>110</sup>. Também foram analisados os acordos de cooperação e facilitação de investimentos e seu impacto potencial no desenvolvimento nacional<sup>111</sup>, a necessidade de adequação da legislação brasileira às normas da OMC<sup>112</sup>, e o tratamento jurídico do investimento estrangeiro direto no regime de partilha de produção<sup>113</sup>.

Sobre direito internacional do trabalho, foram desenvolvidos alguns trabalhos que abordam temas relevantes. Dentre eles, foi estudado a caracterização das convenções

---

<sup>101</sup> MAIA ROCHA, I. Q. *A defesa dos direitos dos migrantes pelo Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte: os desafios para o cumprimento do direito internacional*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

<sup>102</sup> MONTEIRO CAVALCANTI, F. *Uma proposta para um redimensionamento do direito internacional humanitário a serviço da proteção de migrantes*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

<sup>103</sup> FREITAS RODRIGUES, F. L. *A proteção internacional do trabalhador migrante frente ao direito brasileiro: avanços e lacunas na legislação e na efetivação dos direitos dos migrantes*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

<sup>104</sup> SILVA CARDOSO, J. L. M. *Direitos humanos dos migrantes venezuelanos e sua efetivação pela Justiça Federal brasileira no contexto da pandemia da COVID-19*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

<sup>105</sup> MAIA MESQUITA, A. W. *A natureza jurídica do asilo diplomático: a proteção e defesa dos direitos humanos em face da discricionariedade do ato administrativo*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

<sup>106</sup> MORAIS GALVÃO, A. P. *Saída compulsória do estrangeiro do território nacional à luz dos direitos humanos: análise de casos*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

<sup>107</sup> ALEIXO DE CARVALHO, L. A. *O sistema de proteção internacional aos indivíduos apátridas e a atuação do Estado brasileiro*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

<sup>108</sup> SILVA NETO, F. J. *A proteção internacional dos direitos humanos pelos organismos intergovernamentais de cunho econômico*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

<sup>109</sup> MARQUES FONSECA JÚNIOR, S. *A aplicação dos acordos da Organização Mundial do Comércio pelo poder judiciário brasileiro*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

<sup>110</sup> DINIZ LÚCIO, L. *A defesa do desenvolvimento nacional pelo estado brasileiro no órgão de solução de controvérsias da OMC*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

<sup>111</sup> SILVA DANTAS, A. *Os acordos de cooperação e facilitação de investimentos: análise quanto à potencial contribuição de tais instrumentos para a promoção do desenvolvimento nacional*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

<sup>112</sup> GOMES FERREIRA, I. M. *A posição do Brasil perante as normas da OMC: a necessidade de conformação da legislação interna ao direito internacional na decisão do DS472 e DS497*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

<sup>113</sup> RIBEIRO VITOR, R. *Análise do tratamento jurídico sobre o investimento estrangeiro direto no regime de partilha de produção, a partir da experiência do Campo Libra*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

da OIT como tratados de direitos humanos e suas consequências no Brasil<sup>114</sup> e a aplicação da Convenção Nº 111 da OIT em casos de dispensa discriminatória por câncer<sup>115</sup>. Outro trabalho revisa a aplicação das convenções da OIT sobre saúde e segurança no ambiente de trabalho no Brasil<sup>116</sup>, enquanto um estudo comparado avalia a conformidade dos sistemas de seguridade social no Cone Sul com a Convenção Nº 102 da OIT<sup>117</sup>. Outros abordaram as conexões entre a negociação coletiva e o direito à igualdade<sup>118</sup>, o tratamento das informações pessoais dos trabalhadores<sup>119</sup> e a proteção da população LGBTQIAPN+ no contexto laboral<sup>120</sup>.

Diversas dissertações tratam de temas no direito internacional privado. Algumas exploram o contrato internacional de gestação por substituição e sua eficácia no Brasil<sup>121</sup>, enquanto outras abordam os desafios do direito de família internacional, como casamento e subtração internacional de crianças<sup>122</sup>. Também são analisados litígios relacionados à plataforma continental estendida<sup>123</sup> e a segurança jurídica em contratos

---

<sup>114</sup> WANDERLEY GALVÃO, J. C. *O problema da caracterização das convenções da OIT como tratados de direitos humanos e suas consequências no direito brasileiro*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

<sup>115</sup> BATISTA DOS SANTOS, T. *Aplicação da Convenção nº 111 da Organização Internacional do Trabalho na solução de casos de dispensa discriminatória de empregado motivada pelo câncer: uma análise da jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho no período de 2016-2021*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

<sup>116</sup> COSTA DE FIGUEIREDO, T. M. *O direito ao meio ambiente do trabalho equilibrado e a (in) aplicação das convenções da OIT sobre a saúde e segurança do trabalhador: panorama jurídico brasileiro de tutela ao ambiente laboral*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

<sup>117</sup> NASCIMENTO SILVA, D. E. *A proteção social no Cone Sul: um estudo comparado sobre a conformidade dos sistemas de seguridade social da Argentina, Brasil, Chile e Uruguai e a Convenção nº 102 da Organização Internacional do Trabalho*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

<sup>118</sup> QUEIROZ RAMOS, I. C. B. *A negociação coletiva como instrumento de efetividade do direito fundamental à igualdade*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

<sup>119</sup> GALVÃO LINS, R. *O consentimento e o tratamento de informações pessoais de trabalhadores subordinados: uma análise sob a ótica da proteção cooperativa de dados pessoais*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

<sup>120</sup> DELGADO NOBRE, I. F. *A condição LGBTQIA+ no ambiente laboral e a perspectiva de proteção no internacional e constitucional: entre a normatividade e a autopercepção do sujeito*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

<sup>121</sup> TEIXEIRA DE ARAÚJO, D. M. *O contrato internacional de gestação por substituição e sua eficácia no ordenamento jurídico brasileiro*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

<sup>122</sup> OLIVEIRA DA COSTA, C. *Desafios do direito de família internacional: casamento e uniões estáveis; alimentos e a subtração internacional de crianças*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

<sup>123</sup> CAVALCANTI DA ROCHA, A. L. N. S. *Da jurisdição para a solução de controvérsias na plataforma continental estendida com limites pendentes de definição*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

internacionais no Brasil<sup>124</sup>. Outros temas incluem a proteção da moda sob o direito internacional da propriedade intelectual<sup>125</sup>, o regime de transferência internacional de dados no Brasil<sup>126</sup> e a arbitragem internacional<sup>127</sup>, bem como o acesso das pessoas jurídicas de matriz brasileira à justiça internacional<sup>128</sup>.

Além dos temas mais frequentes discutidos anteriormente, algumas dissertações abordam questões relevantes e específicas do direito internacional, mas menos recorrentes. Entre elas, destacam-se o estudo sobre solidariedade no direito internacional<sup>129</sup> e a aplicabilidade da liberdade de expressão em relação ao discurso de ódio sob a perspectiva internacional e brasileira<sup>130</sup>. Outras dissertações examinam a liberdade religiosa da criança no Brasil<sup>131</sup> e os limites da pena de morte no país<sup>132</sup>. Além disso, há análises sobre o direito humano à alimentação adequada<sup>133</sup>, bem como o direito internacional dos direitos humanos em relação a sanções internas como a castração química e o cadastro de pedófilos<sup>134</sup>. Também são abordadas questões como os limites da internação psiquiátrica forçada<sup>135</sup> e os direitos das pessoas surdas<sup>136</sup>, e os mecanismos de efetiva-

---

<sup>124</sup> SILVA MENDES, A. M. *A efetivação da segurança jurídica enquanto valor na solução de litígios provenientes de contratos internacionais no Brasil*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

<sup>125</sup> CÂMARA MOREIRA, A. O. *A proteção do direito da moda sob a perspectiva do direito internacional da propriedade intelectual*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

<sup>126</sup> VALENÇA DE OLIVEIRA, R. R. *Regime de transferência internacional de dados à luz da ordem jurídica brasileira*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

<sup>127</sup> ALMEIDA CABRAL, D. *A arbitragem internacional e o Estado brasileiro: uma irresistível conformação à ordem internacional*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

<sup>128</sup> CÂMARA SILVA, R. *Perspectivas do acesso à justiça internacional para as pessoas jurídicas de matriz brasileira*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

<sup>129</sup> FERNANDES LIMA, L. Z. *A solidariedade no direito internacional: entre "lex ferenda" e "lex lata"*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

<sup>130</sup> PEIXOTO DE BRITO, F. *A aplicabilidade da liberdade de expressão em relação ao direito à igualdade e não discriminação: o discurso de ódio sob a perspectiva internacional e no direito brasileiro*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

<sup>131</sup> GUEDES DE ANDRADE, I. *Liberdade religiosa da criança: aplicabilidade a partir do constitucionalismo do direito internacional dos direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

<sup>132</sup> DANTAS JÚNIOR, J. F. *A vida humana e a pena de morte no Brasil: limites conceituais da pena de morte aplicável no Brasil, adequações ao direito internacional e enfrentamentos à dignidade da pessoa humana*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

<sup>133</sup> MOURA SOARES, E. K. B. G. *O direito humano à alimentação adequada e sua proteção no âmbito internacional e brasileiro*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

<sup>134</sup> REIS CADÓ, R. O. *O direito internacional dos direitos humanos e as sanções penais de âmbito interno: uma análise constitucional da castração química e do cadastro dos pedófilos*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

<sup>135</sup> OLIVEIRA SILVA, G. D. *Os limites da internação psiquiátrica forçada de usuários de drogas ilícitas à luz da proteção internacional dos direitos humanos*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

<sup>136</sup> BRAGA LIMA, A. P. *Direitos humanos das pessoas surdas: instrumentos de promoção da igualdade à luz dos tratados internacionais e da legislação brasileira*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

ção da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no ordenamento jurídico brasileiro<sup>137</sup>, as relações entre o direito internacional penal e o direito estatal à luz do transconstitucionalismo<sup>138</sup>.

Nos últimos anos o PPGD/UFRN tem aberto vagas para estágio de pós-doutoramento. Até o momento, um doutor já o concluiu, com pesquisa sobre combate à corrupção e Sistema Interamericano, e uma tem uma pesquisa em andamento sobre a aplicação do direito interamericano dos direitos humanos pelo TJRN, notadamente em decorrência da Recomendação nº 123 do CNJ, ambos sob supervisão do professor Thiago Oliveira Moreira.

Dos mestres formados pela linha 3 do Mestrado em Direito da UFRN, dezoito foram bolsistas, ou seja, 25.35% dos mestrandos. Com relação à agência financiadora, dezesseis foram financiados pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e dois pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis). A composição de gênero entre os egressos é equilibrada, porém com uma leve predominância feminina: são 38 (53.52%) mulheres e 33 homens (46.47%).

Além disso, os egressos possuem uma trajetória prévia diversa em várias áreas jurídicas e acadêmicas. Apesar de mais da metade (41) dos egressos estarem com o currículo Lattes desatualizado, foi possível elaborar um sucinto perfil do ingressante no curso. Em seguida, buscou-se verificar o perfil do egresso, com os eventuais impactos do mestrado nas suas atividades profissionais.

Dos egressos da linha formados até 2024, dezesseis ingressaram no mestrado no mesmo ano de conclusão da graduação ou no ano imediatamente seguinte. Além disso, quatro já exerciam a docência no ensino superior. Desses, inclui-se uma professora na própria UFRN, um que exerceu função de professor substituto na UFRN e na UERN, uma na UNI-RN (Centro Universitário do Rio Grande do Norte) e uma na UniFacex (Centro Universitário Facex).

Na atividade jurídica propriamente dita, dez atuavam como advogados, e um como advogado da União, enquanto dois eram juízes do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (TJRN), sendo um deles também professor no UNI-RN. Além disso, havia um Procurador da República, uma Procuradora do Trabalho e um Procurador do Estado do Rio Grande do Norte. Destacam-se ainda um oficial de justiça do TJRN, um auditor fiscal do trabalho, quatro servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (TRT 21), uma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT 2), dois do TJRN, dois da Justiça Federal no Rio Grande do Norte (JFRN), um do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN), um do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e uma tabeliã. Entre os residentes<sup>139</sup>, havia um na Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte (DPERN) e dois no MPRN. Além disso, havia um bolsista na Secretaria de Estado da Administração do Rio Grande do Norte (SEAD/RN).

Para além da atividade jurídica, havia um engenheiro eletricista, uma servidora administrativa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) e

---

<sup>137</sup> HOLANDA FERNANDES, F. *Os mecanismos de efetivação da convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência no ordenamento jurídico brasileiro*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

<sup>138</sup> ALVES LOPES FILHO, F. C. A. *Transconstitucionalismo entre direito internacional penal e direito estatal: contribuições à resolução de problemas constitucionais na relação entre o Estatuto de Roma e a Constituição Federal*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

<sup>139</sup> Conforme a Resolução nº 439 de 07 de janeiro de 2022 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), os Programas de Residência Jurídica visam “proporcionar o aprimoramento da formação teórica e prática dos profissionais do Sistema de Justiça”, e “consiste no treinamento em serviço, abrangendo ensino, pesquisa e extensão, bem como o auxílio prático aos magistrados e servidores do Poder Judiciário no desempenho de suas atribuições institucionais”. Muito embora a resolução diga respeito aos tribunais, outros órgãos do Sistema de Justiça também têm adotado programas semelhantes. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Resolução Nº 439 de 07/01/2022. Autoriza os tribunais a instituírem programas de residência jurídica*. Brasília, 2022.

um professor de inglês no SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial). Há, ainda, catorze egressos cuja formação prévia não consta no currículo Lattes.

Após a conclusão do curso de mestrado em Direito na UFRN, os mestres formados pela linha 3 seguiram trajetórias diversas. Destaca-se que quinze deles ingressaram ou estão cursando doutorado em Direito ou áreas relacionadas, incluindo dois na Universidade de Lisboa, um na Universidade de Lille, um na Universidade de Santiago de Compostela, dois na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), um na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), uma na Universidade de São Paulo (USP), um na Universidade de Fortaleza (UNIFOR), dois na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), um na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), um na Universidade Nove de Julho (UNINOVE), e um no Centro Universitário Autônomo do Brasil (UniBrasil). Adicionalmente, uma cursa doutorado em Educação na UFPB e um realizou estágio pós-doutoral na Universidade de Málaga.

Além disso, vários seguiram a carreira docente: dois são ou foram professores substitutos na UFRN, duas na UFERSA (Universidade Federal Rural do Semi-Árido), um na UFRA (Universidade Federal Rural da Amazônia), um na UFPB (Universidade Federal da Paraíba) e um no IFPI (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí), assim como um efetivo na UFSC, um na UFERSA, um na UniFacex, um na pós-graduação em Direito do UNI-RN, um na Faculdade Católica Santa Teresinha e uma na ESA/PB (Escola Superior de Advocacia da Paraíba).

Entre os profissionais que seguiram carreiras jurídicas, um advogado da União passou a atuar na área de estudos do mestrado, notadamente na ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados) e na Procuradoria Nacional de Assuntos Internacionais. Outros profissionais incluem: procurador do Estado do Ceará, assessora jurídica de uma ONG em Direitos Humanos, assessor do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas (TCE-AL), assessora defensorial, servidora na Prefeitura de Parnamirim e bolsista da SEAD/RN.

Por fim, quarenta e dois mestres possuem currículos Lattes desatualizados ou ainda não foi possível verificar o impacto da conclusão do curso na sua atividade profissional, deixando em aberto a evolução de suas carreiras.

## 5. Considerações finais

Considerando a relevância do estudo das relações entre o direito internacional, a Constituição e a concretização dos direitos, esta pesquisa buscou investigar as teses derivadas da linha de pesquisa 3 do mestrado em Direito da UFRN, "Direito Internacional e Concretização dos Direitos".

O perfil dos docentes vinculados à linha de pesquisa revela uma formação acadêmica diversificada, com qualificações que incluem pós-graduações nacionais e internacionais, além de pós-doutorados e experiências profissionais relevantes em áreas como Direito Internacional, Direitos Humanos, e Justiça. Dos cinco docentes analisados, três exercem as atividades docentes em regime de dedicação exclusiva. Todos dialogam em diferentes grupos de pesquisa, contribuindo significativamente para a produção científica e a formação de novos juristas. No último quadriênio, os docentes lideraram iniciativas acadêmicas e publicaram obras relevantes, consolidando a influência da Escola Potiguar de Direito Internacional.

As dissertações defendidas, por seu lado, apresentaram uma variedade imensa de temáticas estudadas. Houve uma prevalência dos estudos sobre direitos humanos, notadamente sobre o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos e o controle de convencionalidade. Ainda, houveram contribuições significativas no campo do direito e gênero, da cooperação jurídica internacional, meio ambiente e mudanças climáticas, e migrações internacionais. Além disso, trabalhos sobre direito internacional econômico, do trabalho e privado também foram desenvolvidos.

Essas temáticas refletem as preocupações contemporâneas com a proteção dos direitos humanos, a sustentabilidade ambiental e a igualdade de gênero, demonstrando a relevância da Linha de Pesquisa 3 ao abordar questões de grande impacto social. No entanto, a análise da formação dos egressos da linha de pesquisa evidencia uma certa

limitação da continuidade da qualificação acadêmica. Poucos mais de 20% dos egressos seguiram para a etapa do doutorado. Além disso, o impacto do curso na carreira dos egressos foi identificado apenas em alguns casos. Isso pode se dever à dificuldade na coleta de dados, devido à desatualização dos currículos Lattes, que pode ter impedido uma avaliação mais abrangente.

Além disso, a grande maioria dos ingressantes são ou recém-formados ou servidores públicos, que não necessariamente têm interesse em seguir uma carreira acadêmica. Portanto, é necessário promover a atividade acadêmica após o término do curso de mestrado, possivelmente com, oportunamente, a criação de um curso de Doutorado em Direito no âmbito do PPGD/UFRN, possibilitando a continuidade da qualificação acadêmica dos egressos.

Sem embargo, é inegável a relevância dos estudos em direito internacional no Rio Grande do Norte, que há mais de um século busca manter vivo o legado de seu patrono, Amaro Cavalcanti. Desde a fundação da Sociedade Brasileira de Direito Internacional pelo jurista em tela até a criação de projetos de extensão e grupos de pesquisa relevantes, o estado, notadamente através do PPGD/UFRN, tem demonstrado um compromisso contínuo com a excelência e a inovação na área. Este esforço é evidenciado não apenas pela produção acadêmica e pelo engajamento de seus estudantes e egressos, mas também pela persistente promoção do diálogo e da reflexão sobre questões globais.

Embora não seja possível verificar a existência de elementos que comprovem uma unidade epistemológica da produção, nem uma continuidade na formação dos egressos, é possível falar em uma Escola Potiguar de Direito Internacional, ainda que em formação. O Rio Grande do Norte, portanto, continua a ser um pilar significativo no desenvolvimento e na expansão do direito internacional no Brasil.

## Referencias

- ABRANTES BARBOSA, L. F. *Análise da convencionalidade e constitucionalidade da política de cotas para mulheres enquanto medida válida para combater a discriminação de gênero nas relações de trabalho*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.
- ALMEIDA DE ARAÚJO, A. *Corresponsabilidade familiar e proteção do mercado de trabalho da mulher: o sistema internacional da OIT como fonte integrativa da garantia constitucional*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.
- ALVES DOS SANTOS, R. V.; OLIVEIRA MOREIRA, T.; DUARTE NETO, B. H. "Controle de convencionalidade da reforma trabalhista pelos magistrados de 1º grau do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região". *Inter: Revista de Direito Internacional e Direitos Humanos da UFRJ*, v. 4, n. 2, p. 96-125, 2021.
- ALVES LOPES FILHO, F. C. A. *Transconstitucionalismo entre direito internacional penal e direito estatal: contribuições à resolução de problemas constitucionais na relação entre o Estatuto de Roma e a Constituição Federal*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.
- AFONSO CARNEIRO, F. M.; OLIVEIRA MOREIRA, T.; FERNANDES ALVES, V. R. (Orgs.). *Direito aplicado: Agenda 2030 (direito internacional e direitos humanos)*, v. 3, Insigne Acadêmica, Natal, 2023.
- AGRA DE MEDEIROS, B. et. al. (Orgs.). *Anais do IIº Congresso Brasileiro de Direito Aplicado: inovação e sociedade*, Polimatia, Natal, 2023.
- ALEIXO DE CARVALHO, L. A. *O sistema de proteção internacional aos indivíduos apátridas e a atuação do Estado brasileiro*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.
- ALENCAR XAVIER, Y. M.; GERMANO ALVES, F.; OLIVEIRA MOREIRA, T. (Orgs.). *Prestação jurisdicional e diferentes formas de acesso à justiça*, Polimatia, Natal, 2022.
- ALMEIDA CABRAL, D. *A arbitragem internacional e o Estado brasileiro: uma irresistível conformação à ordem internacional*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

- AMARANTE DE OLIVEIRA, C. J. A. *A (in)convencionalidade da prisão preventiva no Brasil a partir da teoria do Constitucionalismo Multinível*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.
- AMARANTE DE OLIVEIRA, C. J. A.; OLIVEIRA MOREIRA, T. "As garantias processuais dos imigrantes presos provisoriamente: uma análise da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal do Brasil à luz do Direito Internacional". *RECorDIP*, v. 1, p. 246-275, 2022.
- AMARANTE DE OLIVEIRA, C. J. A.; OLIVEIRA MOREIRA, T. O. "El Constitucionalismo Multinivel Interamericano y el diálogo (necesario) entre el Supremo Tribunal Federal de Brasil y la Corte Interamericana de Derechos Humanos en materia de prisión preventiva". *Estudios constitucionales*, v. 21, p. 279-307, 2023.
- ARAGÃO SILVA, P. H. *A cooperação jurídica internacional em matéria civil via auxílio direto: uma análise acerca do reconhecimento de uma ordem jurídica transnacional*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.
- ARAÚJO, L. B. *Direito internacional à equidade de gênero e o pioneirismo antidiscriminatório de Nísia Floresta*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.
- ARAÚJO COSTA, M. *Direitos humanos das mulheres encarceradas no Complexo Penal Dr. João Chaves e (des)cumprimento das normas do Sistema Interamericano*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.
- ARAÚJO COSTA, M.; CANUTO, E. "La perspectiva de género como elemento del constitucionalismo multinivel: un análisis a partir de la jurisprudencia del tribunal de justicia de Rio Grande do Norte". *Revista de Derecho Público*, v. 1, p. 1-22, 2023.
- ARAÚJO COSTA, M.; OLIVEIRA VERAS, E. V. C.; OLIVEIRA MOREIRA, T. "El diálogo interjurisdiccional entre el Supremo Tribunal Federal y la Corte Interamericana de Derechos Humanos en el tema de género". *Revista de la Facultad de Derecho y Ciencias Políticas*, v. 54, p. 1-22, 2024.
- ARO BEZERRA, R. *A ação multinível desempenhada a partir da competência constitucional suplementar no combate à mudança climática: o atraso do município de Natal/RN na adequação ao Acordo de Paris*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.
- ARRUDA BEZERRA NETO, B.; CAVALCANTE CARVALHO, L. H.; MIRANDA CLEMENTINO, M. B.; MAIA LINS, R. (Orgs.). *O Futuro do Direito Administrativo: Estudos em Homenagem ao Prof. Edilson Nobre*, Noeses, São Paulo, 2023.
- BANDEIRA GALINDO, G. R. "Um Cauteloso Jurista: Amaro Cavalcanti e sua Obra Internacionalista", in: BANDEIRA GALINDO, G. R. (Org.). *Direito Internacional no Brasil: Pensamento e Tradição*, v. 1. Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2021, p. 233.
- BATISTA DOS SANTOS, T. *Aplicação da Convenção nº 111 da Organização Internacional do Trabalho na solução de casos de dispensa discriminatória de empregado motivada pelo câncer: uma análise da jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho no período de 2016-2021*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.
- BICHARA, J.-P. *A relativização da soberania estatal diante das migrações*, Arraes Editores, Belo Horizonte, 2024.
- BICHARA, J.-P. *Direito internacional e questões da atualidade, Volume II: os direitos dos migrantes*, Caule de Papiro, Natal, 2021.
- BICHARA, J.-P. "Les droits des migrants dans le système interaméricain de protection des droits humains". *Revue Européenne des Migrations Internationales*, v. 40, p. 193-200, 2024.
- BICHARA, J.-P.; MAIA ROCHA, I. Q. "Direito Internacional e Direito Brasileiro na Atualidade: entre Avanços e Incongruências do Poder Judiciário". *RJLB - Revista Jurídica Luso-Brasileira*, v. 6, p. 1105, 2021.

- BRAGA LIMA, A. P. *Direitos humanos das pessoas surdas: instrumentos de promoção da igualdade à luz dos tratados internacionais e da legislação brasileira*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Pleno). *ADI nº 6.138/DF*. Relator Ministro ALEXANDRE DE MORAIS. Órgão Julgador PLENÁRIO. Data do julgamento: 23/03/2022. Data de publicação DOU: 22/06/2022.
- BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região (Quinta Turma). *Apelação Cível nº 0811107-10.2022.4.05.8100*. Relatora Desembargadora Federal Convocada POLYANA FALCÃO BRITO. Órgão Julgador QUINTA TURMA. Data do julgamento: 22/10/2023.
- CACHAPUZ DE MEDEIROS, A. P. (Org.). *Pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty. Vol. I (1903-1912)*, Senado Federal, Brasília, 2000. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1044/000577958\\_v1.pdf?sequence=28&isAllowed=y](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1044/000577958_v1.pdf?sequence=28&isAllowed=y). Acesso em 30 ago, 2024.
- CÂMARA MOREIRA, A. O. *A proteção do direito da moda sob a perspectiva do direito internacional da propriedade intelectual*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.
- CÂMARA SILVA, R. *Perspectivas do acesso à justiça internacional para as pessoas jurídicas de matriz brasileira*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.
- CANUTO, E. *Princípios Especiais da Lei Maria da Penha*, Fórum, Belo Horizonte, 2021.
- CANUTO, E.; LIMA LINHARES, L. O. (Orgs.). *Direito & Gênero: Análise da jurisprudência da Comissão e da Corte Interamericana de Direitos Humanos em matéria de violência de gênero*, Editora Polimatia, Natal, 2023.
- CARREAU, D.; BICHARA, J.-P. *Direito internacional*, 3 ed., A. Pedone, Paris, 2021.
- CARVALHO RAMOS, A.; OLIVEIRA MOREIRA, T.; FRIEDRICH, T. S. (Coords.); BARBERO GONZÁLEZ, I.; GERMANO ALVES, F.; VEDOVATO, L. R. (Orgs.). *Direitos humanos dos migrantes e pandemia*, Instituto Memória, Curitiba, 2021.
- CASSIANO DE ARAÚJO, Y. R. *A construção jurídica da cidadania sexual no Brasil: diálogo com os marcos normativos internacionais de proteção às pessoas LGBTQIAP+ e a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.
- CASTAGNA LUNARDI, F.; MIRANDA CLEMENTINO, M. B. (Orgs.). *Inovação judicial: fundamentos e práticas para uma jurisdição de alto impacto*, Brasília, ENFAM, 2021.
- CASTRO MELO, A. V. *Direitos humanos da população LGBTQIA+ no Brasil: status atual de proteção e possíveis contribuições da jurisprudência contenciosa do Sistema Interamericano*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.
- CAVALCANTE DE SOUZA JÚNIOR, C. J. *O direito internacional dos direitos da personalidade: uma análise do direito à vida intrauterina à luz do Sistema Interamericano de Direitos Humanos*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.
- CAVALCANTI, A. "Arbitramiento Internacional", in: *Terceira Conferência Internacional Americana: Trabalhos do Dr. Amaro Cavalcanti (Delegado do Brasil)*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1906.
- CAVALCANTI, A. "Exposición sobre la codificación del derecho internacional, público y privado, presentada a la IV Comisión", in: *Terceira Conferência Internacional Americana: Trabalhos do Dr. Amaro Cavalcanti (Delegado do Brasil)*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1906.
- CAVALCANTI, A. "La Codification du Droit International Américain". *Revue Générale de Droit International Public*, v. 21. 1914.
- CAVALCANTI, A. "Restrictive Clauses in International Arbitration Treaties". *American Journal of International Law*, v. 8, n. 4. 1914, pp. 723-737.

- CAVALCANTI DA ROCHA, A. L. N. S. *Da jurisdição para a solução de controvérsias na plataforma continental estendida com limites pendentes de definição*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.
- CAVALCANTI MAGALHÃES, D. *O controle de convencionalidade da Reforma Trabalhista de 2017 pelo Congresso Nacional*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Resolução Nº 439 de 07/01/2022. Autoriza os tribunais a instituírem programas de residência jurídica*. Brasília, 2022.
- COSTA DE FIGUEIREDO, T. M. *O direito ao meio ambiente do trabalho equilibrado e a (in) aplicação das convenções da OIT sobre a saúde e segurança do trabalhador: panorama jurídico brasileiro de tutela ao ambiente laboral*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.
- CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*, Arimed, Porto Alegre, 2010.
- CUNHA LIMA FILHO, D. *Luís da Câmara Cascudo: Traços Biográficos*, Departamento Estadual de Imprensa, Natal, 1964, pp. 4-5. Disponível em: <http://ftp.editora.ufrn.br/bitstream/123456789/3912/1/Lu%C3%ADs%20da%20C%C3%A2mara%20Cascudo.%20Tra%C3%A7os%20Biogr%C3%A1ficos.%20LIMA%20FILHO%2C%20Di%C3%B3genes%20da%20Cunha.pdf>. Acesso em 30 ago. 2024.
- DANTAS DE SENA, M. L. M. *Crianças e adolescentes trans no Brasil: retificação do registro civil à luz dos direitos humanos*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.
- DANTAS JÚNIOR, J. F. *A vida humana e a pena de morte no Brasil: limites conceituais da pena de morte aplicável no Brasil, adequações ao direito internacional e enfrentamentos à dignidade da pessoa humana*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.
- DELGADO NOBRE, I. F. *A condição LGBTQIA+ no ambiente laboral e a perspectiva de proteção no internacional e constitucional: entre a normatividade e a autopercepção do sujeito*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.
- DINIZ LÚCIO, L. *A defesa do desenvolvimento nacional pelo estado brasileiro no órgão de solução de controvérsias da OMC*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.
- EMERY, R. "Amaro Cavalcanti, Brazil's Justice of the Supreme Court and Minister of the Interior". *Albany Law Magazine*, sum. 2014, p. 74. Disponível em [https://issuu.com/albanylaw/docs/albanylaw\\_summer2014\\_final\\_online/76](https://issuu.com/albanylaw/docs/albanylaw_summer2014_final_online/76). Acesso em 27 ago. 2024.
- EULÁLIO BRASILEIRO, A. *A cooperação jurídica internacional no terrorismo*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.
- FERNANDES LIMA, L. Z. *A solidariedade no direito internacional: entre "lex ferenda" e "lex lata"*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.
- FREITAS RODRIGUES, F. L. *A proteção internacional do trabalhador migrante frente ao direito brasileiro: avanços e lacunas na legislação e na efetivação dos direitos dos migrantes*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.
- GALIZA E SILVA, G. *A influência do direito internacional no processo de empoderamento econômico das mulheres e a incorporação do gênero na política comercial brasileira*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.
- GALVÃO LINS, R. *O consentimento e o tratamento de informações pessoais de trabalhadores subordinados: uma análise sob a ótica da proteção cooperativa de dados pessoais*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

- GERMANO ALVES, F.; ALMEIDA MENEZES, R. O.; OLIVEIRA MOREIRA, T.; FERNANDES ALVES, V. R. (Orgs.). *Direito aplicado: inovação e sociedade*, v. 2, Polimatia, Natal, 2023.
- GERMANO ALVES, F.; OLIVEIRA MOREIRA, T.; MEDEIROS LEITE, T.; FERNANDES ALVES, V. R. (Orgs.). *Direito aplicado: tendências atuais do direito*, v. 1, Polimatia, Natal, 2022.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*, Atlas, São Paulo, 2002.
- GOMES FERREIRA, I. M. *A posição do Brasil perante as normas da OMC: a necessidade de conformação da legislação interna ao direito internacional na decisão do DS472 e DS497*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.
- GUEDES DE ANDRADE, I. *Liberdade religiosa da criança: aplicabilidade a partir do constitucionalismo do direito internacional dos direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.
- HENRIQUES, A.; MEDEIROS, J. B. *Metodologia científica na pesquisa jurídica*, Atlas, São Paulo, 2017.
- HOLANDA FERNANDES, F. *Os mecanismos de efetivação da convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência no ordenamento jurídico brasileiro*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.
- LIMA LINHARES, L. O. *A efetivação dos direitos humanos das mulheres transexuais e travestis em privação de liberdade no Rio Grande do Norte: um estudo à luz do direito internacional*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.
- LINS ALVES, R. *A aplicabilidade do direito internacional do mar no ordenamento jurídico brasileiro como medida de prevenção contra incidentes de poluição marinha por óleo*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.
- LODÔNIO DANTAS, B. *O exercício do controle de convencionalidade pelo Supremo Tribunal Federal e sua (in)compatibilidade com o Ius Constitutionale Commune na América Latina*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.
- LOPES, N. "Lembranças da Turma da Liberdade", *AgoraRN*, Natal, 22 dez. 2022. Disponível em: <https://agorarn.com.br/ultimas/ney-lobes-lembrancas-da-turma-da-liberdade/>. Acesso em 29 ago. 2024.
- MAGALHÃES DE LACERDA, P. C. *O direito penal do inimigo na atualidade: Mutual Legal Assistance Treaty – MLAT, em matéria penal, celebrado entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América bem como seus reflexos na jurisdição brasileira*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.
- MAIA, C.; OLIVEIRA MOREIRA, T.; PEREIRA GURGEL, Y. M. (Orgs.). *O Direito Internacional dos Direitos Humanos e as pessoas em situação de vulnerabilidade*, v. 3, Polimatia, Natal, 2022.
- MAIA MESQUITA, A. W. *A natureza jurídica do asilo diplomático: a proteção e defesa dos direitos humanos em face da discricionariedade do ato administrativo*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.
- MAIA ROCHA, I. Q. *A defesa dos direitos dos migrantes pelo Comitê Estadual Intersectorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte: os desafios para o cumprimento do direito internacional*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.
- MANIÇOBA BALDUINO, M. C. J. *Mudanças climáticas: análise da implementação das contribuições nacionalmente determinadas do Brasil no Acordo de Paris*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

- MARQUES FONSECA JÚNIOR, S. *A aplicação dos acordos da Organização Mundial do Comércio pelo poder judiciário brasileiro*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.
- MATOS DE QUEIROZ, A. P. *As sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos e a problemática da execução no direito brasileiro*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.
- MEDEIROS ROSA, M. C. *Por ser de lá: a tutela jurídica da mulher nordestina sujeita a discriminação múltipla com base em gênero, origem e cultura*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.
- MEDEIROS TORRES, S. *A implementação das sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos no direito brasileiro: o impacto do Caso Gomes Lund no exercício do controle de convencionalidade*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.
- MONTEIRO CAVALCANTI, F. *Uma proposta para um redimensionamento do direito internacional humanitário a serviço da proteção de migrantes*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.
- MORAES BRAGA JÚNIOR, S. A.; OLIVEIRA MOREIRA, T.; GERMANO ALVES, F. (Orgs.). *Políticas Públicas, Direito e Desenvolvimento: aspectos educacionais, ambientais, econômicos e tributários*, Motres, Salvador, 2022.
- MORAIS GALVÃO, A. P. *Saída compulsória do estrangeiro do território nacional à luz dos direitos humanos: análise de casos*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.
- MOURA SOARES, E. K. B. G. *O direito humano à alimentação adequada e sua proteção no âmbito internacional e brasileiro*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.
- NASCIMENTO SILVA, D. E. *A proteção social no Cone Sul: um estudo comparado sobre a conformidade dos sistemas de seguridade social da Argentina, Brasil, Chile e Uruguai e a Convenção nº 102 da Organização Internacional do Trabalho*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.
- NEVES MACEDO, M. *Os antagonismos da integração sul-americana na ordem jurídica brasileira*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.
- OLIVEIRA DA COSTA, C. *Desafios do direito de família internacional: casamento e uniões estáveis; alimentos e a subtração internacional de crianças*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.
- OLIVEIRA MOREIRA, T. *A concretização dos direitos humanos dos migrantes pela jurisdição brasileira*, Instituto Memória, Curitiba, 2019.
- OLIVEIRA MOREIRA, T. *Aplicação dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos pela Jurisdição Brasileira*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.
- OLIVEIRA MOREIRA, T.; ALVES DOS SANTOS, I. E. "O princípio anticorrupção e a sua inserção no processo de constitucionalização do direito internacional". *Anuario de Derecho Constitucional Latinoamericano*, v. XXVIII, p. 213-232, 2022.
- OLIVEIRA MOREIRA, T.; CARDOSO SQUEFF, T. (Orgs.). *O Direito Internacional dos Direitos Humanos e as pessoas em situação de vulnerabilidade: estudos em homenagem ao Prof. Antônio Augusto Cançado Trindade*, v. 4, Polimatia, Natal, 2023.
- OLIVEIRA MOREIRA, T.; FERNANDES ALVES, V. R. "Dever de Prestar Contas e Cenários Anticorrupção: uma análise de sua interface a partir de casos contenciosos da Corte Interamericana de Direitos Humanos". *Revista General De Derecho Administrativo*, v. 66, p. 1-34, 2024.
- OLIVEIRA MOREIRA, T.; LODÔNIO DANTAS, B. "A Jurisdição Cooperativa como Instrumento de Materialização do Ius Constitutionale Commune Latino-Americano (ICCLA) no Brasil". *Cadernos De Direito Actual*, v. 21, p. 363-385, 2023.
- OLIVEIRA MOREIRA, T.; LODÔNIO DANTAS, B. "O papel do Ius Constitutionale Commune Latino-Americano na proteção dos direitos humanos das pessoas em situação de mobilidade internacional". *Anuario de Derecho Constitucional Latinoamericano*, v. XXIX, p. 321-350, 2023.

- OLIVEIRA MOREIRA, T.; LODÔNIO DANTAS, B. "The Exercise Of Conventionality Control By The Non-Specialized Brazilian Higher Courts". *Revista Digital Constituição e Garantia de Direitos (UFRN)*, v. 14, p. 203-229, 2023.
- OLIVEIRA MOREIRA, T.; PEREIRA GURGEL, Y. M. (Coords.); ALVES LOPES FILHO, F. C. (Org.). *O Direito Internacional dos Direitos Humanos e as pessoas em situação de vulnerabilidade*, v. 1, Polimatia, Natal, 2021.
- OLIVEIRA MOREIRA, T.; PEREIRA GURGEL, Y. M. (Coords.). *O Direito Internacional dos Direitos Humanos e as pessoas em situação de vulnerabilidade*, v. 2, Polimatia, Natal, 2022.
- OLIVEIRA MOREIRA, T.; VALE, P. A. "Migrants' human rights in Brazil: state of the art". *Cadernos De Direito Actual*, v. 24, p. 56-70, 2024.
- OLIVEIRA SILVA, G. D. *Os limites da internação psiquiátrica forçada de usuários de drogas ilícitas à luz da proteção internacional dos direitos humanos*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.
- PAIVA PINHEIRO, P. I. *O (não) exercício do controle de convencionalidade em matéria previdenciária pela Justiça Federal*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.
- PEIXOTO DE BRITO, F. *A aplicabilidade da liberdade de expressão em relação ao direito à igualdade e não discriminação: o discurso de ódio sob a perspectiva internacional e no direito brasileiro*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.
- PEIXOTO NÓBREGA, B. *Caso Maria da Penha Fernandes: (des)cumprimento das recomendações feitas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos ao Brasil*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.
- PEREIRA DA SILVA, W. M. N. *Mulheres e refugiadas: uma análise da proteção internacional dos direitos humanos conferidos às mulheres refugiadas sob a ótica interseccional entre gênero e refúgio*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.
- PEREIRA DE ANDRADE, B. *A atuação da Justiça Federal da 5ª Região em matéria de cooperação jurídica internacional: análise empírica de dados do Sistema de Processo Judicial Eletrônico*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.
- PIGNATARO DE OLIVEIRA, D.; ALENCAR XAVIER, Y. M.; OLIVEIRA MOREIRA, T. (Orgs.). *Direito Internacional dos Direitos Humanos: em comemoração aos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos*, OAB Editora, Brasília, 2022.
- QUEIROZ RAMOS, I. C. B. *A negociação coletiva como instrumento de efetividade do direito fundamental à igualdade*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.
- RAMOS VOSGERAU, D. S.; PAULIN ROMANOWSKI, J. "Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas". *Rev. Diálogo Educ.*, v. 14, n. 41, 2014, pp. 165-189.
- REIS CADÓ, R. O. *O direito internacional dos direitos humanos e as sanções penais de âmbito interno: uma análise constitucional da castração química e do cadastro dos pedófilos*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.
- RIBEIRO DE OLIVEIRA, J. E. R. *Proteção ambiental e Corte Interamericana de Direitos Humanos: um aporte de reflexão para a justiça comum brasileira*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.
- RIBEIRO VITOR, R. *Análise do tratamento jurídico sobre o investimento estrangeiro direto no regime de partilha de produção, a partir da experiência do Campo Libra*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.
- ROCHA DE ANDRADE, F. *Regime global de bloqueio de bens: a implementação do regime internacional de persecução patrimonial penal pelo Estado brasileiro*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

- SÁ NETO, C. E. *Os efeitos do reconhecimento da diversidade sexual como um direito humano pelo Sistema Interamericano de Proteção*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.
- SANTOS, E. K. *As inconsistências no cumprimento da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Convenção de Mérida) pelo Estado brasileiro*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.
- SANTOS COSTA, V. "Gratidão à França", *Revista da Academia Norte-rio-grandense de Letras*, v. 29, n. 17, 1982, p. 6.
- SANTOS COSTA, V. *Le droit de la mer et le développement en Amérique Latine*. Tese de doutorado, Université de Nice, Nice, 1974.
- SILVA, T. R. *A (necessária) convencionalização da legislação migratória brasileira: uma análise da regulamentação da política migratória à luz do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.
- SILVA CARDOSO, J. L. M. *Direitos humanos dos migrantes venezuelanos e sua efetivação pela Justiça Federal brasileira no contexto da pandemia da COVID-19*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.
- SILVA CARDOSO, J.; OLIVEIRA MOREIRA, T. "Los desafíos de la gobernanza migratoria en el MERCOSUR: las suspensiones de Venezuela y sus consecuencias en la política migratoria brasileña". *Si Somos Americanos - Revista de Estudios Transfronterizos*, v. 22, p. 34-58, 2022.
- SILVA DANTAS, A. *Os acordos de cooperação e facilitação de investimentos: análise quanto à potencial contribuição de tais instrumentos para a promoção do desenvolvimento nacional*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.
- SILVA MENDES, A. M. *A efetivação da segurança jurídica enquanto valor na solução de litígios provenientes de contratos internacionais no Brasil*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.
- SILVA NETO, F. J. *A proteção internacional dos direitos humanos pelos organismos intergovernamentais de cunho econômico*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.
- SIMÕES PIRES, J. *Sistema Interamericano e acesso direto do indivíduo à Corte IDH: em busca de uma maior promoção do direito internacional dos direitos humanos na América*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.
- SIMULAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS. *Afinal, o que é a SOI?* [s.d.]. Disponível em <https://www.soi.org.br/saibamais>. Acesso em 29 ago. 2024.
- SORELA CASTILLO, A.; MIRANDA GONÇALVES, R.; OLIVEIRA MOREIRA, T. (Dir.). *De-rechos Humanos en debate: Reflexiones sobre su alcance en un mundo globalizado*, Academia Líder de Formación Avanzada, Morelos, 2024.
- SOUSA LINS, R. G.; PEREIRA GURGEL, Y. M.; OLIVEIRA MOREIRA, T. "O Constitucionalismo Multinível de Ingolf Pernice: uma análise de pontos e contrapontos". *Cadernos de Dereito Actual*, v. 15, p. 186-203, 2021.
- SOUSA MATHIAS, A. Q. S. *Gênero e raça: interseccionalidades no combate à violência contra as mulheres brasileiras*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.
- TEIXEIRA DE ARAÚJO, D. M. *O contrato internacional de gestação por substituição e sua eficácia no ordenamento jurídico brasileiro*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.
- TEIXEIRA DE SOUZA, C. A. *Amaro Cavalcanti: pequena história sobre o mais notável norte-riograndense na fase da transição do Império para a República brasileira*, Sebo Vermelho, Natal, 2009.
- VALENÇA DE OLIVEIRA, R. R. *Regime de transferência internacional de dados à luz da ordem jurídica brasileira*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

VALLADÃO, H. "Amaro Cavalcanti, autêntico jurista da paz", in: *Paz, Direito, Técnica*. José Olympio, Rio de Janeiro, 1959.

WANDERLEY GALVÃO, J. C. *O problema da caracterização das convenções da OIT como tratados de direitos humanos e suas consequências no direito brasileiro*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.